

TEMPO DE DECIDIR

MOÇÃO DA JUVENTUDE POPULAR
AO CONGRESSO DO CDS-PP

JUVENTUDE
POPULAR

*“A política é a arte de escolher caminhos.
Quem tem medo de escolher acaba
por ser escolhido pelo destino,
e geralmente o destino de quem
não decide é ficar para trás”*

Adelino Amaro da Costa

**JUVENTUDE
POPULAR**

Esta Moção nasce da vontade inabalável e da convicção profunda de que **a única forma de combater o populismo é com um Partido Popular.**

Somos a força da proposta firme e coerente, recusando o protesto vazio. Somos, e seremos, leais aos parceiros de coligação no cumprimento do mandato que os portugueses nos confiaram, mas seremos, acima de tudo e em qualquer circunstância, **leais aos nossos valores.**

Num momento em que se impõe reforçar a nossa identidade, propomos-nos a **clarificar um caminho, afirmar uma visão** e reclamar a necessária **ação política.**

É assim imperativo que neste momento nasça uma Moção como esta, de alavanca e impulso ao CDS-PP.

ÍNDICE

ÍNDICE	4
TEMPO DE DECIDIR O FUTURO	6
TEMPO DE REAVER OS VALORES	10
A Direita Popular e a Democracia-Cristã	11
A Alternativa Real	11
Liberdade e Estado Útil	12
Solidariedade e Responsabilidade Social	12
Mobilidade Social e Mérito	13
Defesa da Vida	14
Educar para a Liberdade e para o Futuro	14
Saúde para todos	15
Uma Economia de Liberdade e de Mercado	16
Ecologia e Conservação da Natureza	16
Combate à Corrupção e Regeneração Ética	17
Património Nacional e Liberdade Cultural	18
Um Partido Nacional na Europa	19
O Mar e o Atlântico	19
CPLP: Uma Prioridade Estratégica Nacional	20
TEMPO DE REFORMAR O PAÍS	21
Reforma na Educação	23
Ensino Básico, Secundário e Profissional	23
Ensino Superior	29
Reforma Laboral	35
Reforma Fiscal	41
Dupla tributação do património	42
O imposto de selo	43
IRS	44
IRC	45
Incentivar a poupança e o investimento	46
Simplificação e Estabilidade Fiscal	46
Reforma da Justiça	48
Revisão constitucional	55
Neutralidade Ideológica	58
Matriz Antropológica	58

Subsidiariedade, Responsabilidade e Economia de Mercado	59
O Novo Ciclo das Autonomias	60
Identidade Nacional	63
Sistema Eleitoral e Político	64
TEMPO DE INICIATIVA POLÍTICA	66
Justiça Social	67
Habituação e Urbanismo	68
Segurança e Imigração	69
A Família como Pilar Fundamental	70
Administração Pública	70
Coesão Territorial	71
Saúde	72
Agricultura	73
TEMPO DE DECIDIR O PARTIDO	75
O CDS-PP no Governo: A Âncora Moral	81
Reestruturação dos Órgãos Nacionais	82
Mérito e Transparência	83
Implantação, coesão e proximidade	84
Formação e Ideologia	86
Juventude Popular: A Aliança Estratégica	87
Federação dos Trabalhadores Democrata-Cristãos	89
A Figura do Simpatizante	90
Conselho Consultivo de Independentes	91
O Largo do Caldas – coração do partido	92

TEMPO DE DECIDIR O FUTURO

Ao longo de 51 anos, o CDS-PP afirmou-se como um dos pilares estruturantes da democracia portuguesa, sendo protagonista ativo na construção do regime democrático e na definição de momentos decisivos da vida política nacional. Fundado a 19 de Julho de 1974, num contexto de profunda instabilidade pós-revolucionária, o CDS-PP nasceu sob o **signo da coragem**, posicionando-se como uma **força moderada**, firme na **defesa da liberdade**, da **economia de mercado** e da **matriz ocidental da democracia portuguesa**.

Num tempo em que o país oscilava entre tentações revolucionárias e modelos de inspiração coletivista, o CDS-PP assumiu-se como uma voz singular de resistência democrática, sendo o único partido a **votar contra a Constituição de 1976**, denunciando os seus excessos ideológicos e defendendo um modelo mais equilibrado de sociedade e de economia. Esse posicionamento não foi nem é aos dias de hoje apenas uma mera simbologia, foi uma posição estruturante para a consolidação de uma alternativa política no centro-direita português.

A afirmação do CDS-PP como força de governo materializou-se na criação da Aliança Democrática em 1979, um momento fundador do centro-direita em Portugal. Sob a liderança de Diogo Freitas do Amaral, que integrou o Governo como Vice-Primeiro-Ministro, o CDS-PP participou ativamente na **construção de um projeto reformista** que procurou modernizar o país, reforçar as instituições democráticas e reposicionar Portugal no espaço atlântico. Esse ciclo foi tragicamente interrompido em Camarate, com a morte de Adelino Amaro da Costa, cujo legado permanece como símbolo de coragem, serviço público e estadismo.

Ao longo das décadas seguintes, o CDS-PP continuou a desempenhar um papel determinante em momentos críticos da vida nacional. Nos anos 90 o Partido reafirmou a sua identidade política, consolidando-se como uma força mobilizadora do eleitorado de direita e centro-direita. Já no séc. XXI, o CDS voltou a assumir responsabilidades governativas em contextos exigentes como na crise financeira. Em 2002, integrámos um governo que procurou **devolver estabilidade** política ao país, e em 2011, num dos momentos mais críticos da história económica recente, **assumimos responsabilidades centrais** no processo de ajustamento financeiro, contribuindo para evitar a bancarrota do Estado e para restaurar a credibilidade internacional do nosso país.

Importa, contudo, reconhecer com frontalidade o momento que passamos atualmente, um momento de sub-representação política, que não resulta de um vazio do espaço ideológico, mas de insuficiências próprias. Em vários momentos, o Partido deixou-se condicionar por uma lógica de curto prazo, excessivamente focada em responder a necessidades imediatas, em detrimento de uma **afirmação estratégica clara, consistente e orientada para o futuro.**

Vivemos hoje um paradoxo evidente: o CDS-PP recuperou presença política relevante na Assembleia da República, no Governo, nos governos regionais, nas autarquias locais, quer isoladamente quer em coligação, e no Parlamento Europeu. No entanto, não estamos a traduzir essa presença numa percepção pública de influência e liderança. Esta invisibilidade política, que resulta de um conjunto de fatores que importa compreender, pode custar-nos a oportunidade única de afirmação que hoje temos. Torna-se, por isso, essencial **identificar com clareza os pontos de melhoria estratégica**, a nível interno e externo, por mais exigente e desconfortável que esse processo possa ser.

Nos últimos dois anos, tornaram-se evidentes limitações na capacidade de afirmação no espaço público, bem como o aproveitamento insuficiente de momentos políticos relevantes. Um exemplo disso, mais recentemente, foi o contexto das eleições presidenciais, onde não conseguimos afirmar uma estratégia política clara e autónoma. **É neste contexto que esta moção de estratégia global se afirma como um instrumento de apoio e reorientação política.** A Juventude Popular assume a responsabilidade de contribuir para a recuperação da centralidade política do CDS-PP, reforçando a sua capacidade de intervenção, renovando a sua presença pública e afirmando uma linha clara, coerente e cada vez mais mobilizadora.

O CDS-PP deve, por isso, reassumir plenamente o seu papel histórico como **partido das causas**, dos **valores** e da **responsabilidade**. Ninguém no sistema político português tem um legado tão consistente na defesa da centralidade da família, da liberdade de ensino, da vida e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana. É fundamental recuperar a identidade do nosso partido, devolvendo o desígnio de “partido de quadros”, feito de **homens e mulheres que entram na política para contribuir e não para depender dela.**

A resposta ao atual contexto político não está nos partidos de ruído nem no sectarismo, mas na afirmação de uma alternativa credível, assente na coerência e na coragem política, cunhos essenciais da nossa história de vida. É necessário regressar ao essencial: **menos Estado** onde ele não é necessário, **mais sociedade** onde a sociedade é capaz e uma **defesa integral e sem recuos do personalismo humanista**, percebido na individualidade e na família como vetores.

Importa, no entanto, reconhecer o papel determinante da Juventude Popular, anteriormente Juventude Centrista, na história e na afirmação do CDS-PP. Desde a sua fundação que a **JC se destacou na linha da frente da democracia** representativa, da liberdade política, enfrentando os excessos do PREC. Ao longo das décadas, a Juventude Popular não foi apenas uma estrutura de mobilização, mas uma verdadeira **escola de quadros**, da qual já emergiram muitos líderes, governantes e dirigentes que marcaram o país.

Num contexto político marcado pelo afastamento dos jovens da participação política e pela crescente volatilidade eleitoral, torna-se ainda mais evidente que o futuro do CDS-PP depende da sua capacidade de integrar, formar e projetar novas gerações. Valorizar a juventude não se torna apenas uma mera opção estratégica, mas sim uma condição de sobrevivência política. Um partido que não mobiliza jovens abdica do seu futuro. Um partido que os forma, dá-lhes espaço, escuta e responsabiliza, ganha legitimidade e assegura continuidade. É por isso imperativo reforçar o papel da Juventude Popular como **motor da renovação, espaço de pensamento político e alavanca do CDS-PP** na sociedade portuguesa.

TEMPO DE REAVER OS VALORES

A Direita Popular e a Democracia-Cristã

Somos a casa da Democracia-Cristã em Portugal. Não somos um partido de gestão estatística, somos um partido de causas humanas. A nossa política tem um princípio e um fim: a Pessoa.

Somos **humanistas** e **personalistas**, acreditamos que a dignidade da vida e a liberdade individual são sagradas, e que o **Estado existe para servir as pessoas**, e não o contrário. Somos **democratas** e livres, defendemos a tolerância e o voto livre, porque só o respeito pelo outro pode garantir a felicidade de cada um. Somos também **solidários**, bebemos da ética cristã a vontade de fazer o bem, o amor ao próximo e a mão estendida aos mais fracos, colocando a ética acima da tática.

A Alternativa Real

No Portugal de hoje, a Democracia-Cristã é um projeto de valores e o único partido que oferece uma alternativa verdadeira aos modelos que falharam. **Afastamo-nos dos extremismos**, rejeitando o ódio, o racismo e a violência, afirmando uma direita de construção e não de destruição. **Recusamos o socialismo**, um sistema que asfixia o indivíduo perante o Estado ao defender uma sociedade assente numa igualdade que acaba por promover a luta de classes, empobrecendo a alma e a economia e extinguindo as diferenças. Por fim, **rejeitamos** também o **relativismo da social-democracia**, que ao diluir a responsabilidade individual transforma cidadãos livres em dependentes do Estado, quando o que defendemos é uma sociedade baseada na responsabilidade e não no subsídio.

Liberdade e Estado Útil

Acreditamos que a liberdade política é inseparável da liberdade económica, e que o Estado não pode asfixiar a iniciativa privada, dirigir consciências ou substituir-se às famílias. **Deve antes fazer menos para se concentrar em fazer muito melhor.**

Defendemos a **desregulamentação** como caminho para resolver os problemas do país, não através de promessas de simplificação, mas pela eliminação de regras inúteis, pois menos burocracia significa menos corrupção e mais liberdade para quem quer criar valor.

Sustentamos uma defesa intransigente da **propriedade privada** como fundamento da liberdade, combatendo tanto os impostos confiscatórios como a ocupação ilegítima do Estado ou de terceiros em setores onde não deve intervir. Na **educação**, na **saúde** e na **segurança social**, defendemos que o Estado deve **apoiar diretamente as famílias**, assegurando a sua liberdade de escolha. O financiamento público deve seguir o cidadão e não a instituição.

Queremos um Estado que cumpra as suas funções clássicas com **eficácia**, assegurando **justiça célere**, **segurança** de pessoas e bens e respeito pelos compromissos assumidos. Ao mesmo tempo, defendemos um Estado estratégico e solidário, que cuida do **património** e do **ambiente**, garante infraestruturas modernas e direciona a solidariedade para quem realmente precisa, sem alimentar clientelas ou dependências.

Solidariedade e Responsabilidade Social

A solidariedade é o valor que humaniza as sociedades e protege a dignidade dos mais vulneráveis, e acreditamos que a justiça social não se decreta apenas por lei, mas constrói-se na responsabilidade que cada um tem para com o sofrimento do próximo. Defendemos a **pessoa como sujeito da solidariedade**, entendendo que a plena realização humana passa pelo impulso da dádiva, e que a política social deve estar orientada para o **combate real à pobreza e às desigualdades**, promovendo a autonomia e a felicidade de cada cidadão.

Recusamos o modelo de um Estado assistencialista que, ao tentar resolver tudo, acaba por ser ineficaz e ingerível, pois a solidariedade não se esgota no Estado, que não deve substituir-se à sociedade, mas sim potenciá-la. Consideramos que o empenho numa sociedade solidária é uma responsabilidade partilhada entre **cidadãos, famílias e instituições** independentes, nomeadamente do setor social, como as IPSS e as Misericórdias. Ao Estado cabe concentrar os seus recursos em quem mais precisa, garantindo que o apoio chegue onde a carência é efetiva.

Acreditamos ainda que ter direitos implica o dever de **contribuir para o bem comum**, defendendo uma solidariedade ativa e responsabilizadora que combate a exclusão sem alimentar a dependência perpétua do subsídio.

Mobilidade Social e Mérito

Somos a Direita Popular porque acreditamos que ninguém deve ter o destino traçado à nascença. A grande vitória das democracias liberais foi precisamente afirmar a mobilidade social, isto é, a possibilidade de qualquer cidadão **superar as suas condições de origem** através do **mérito**, do **estudo** e do **trabalho**.

Defendemos uma sociedade baseada no mérito e não na origem social, onde o sucesso resulta do talento e do esforço individual, recusando o preconceito social e os “elevadores” bloqueados por burocracias ou elitismos.

Acreditamos no **capitalismo democrático** como motor de progresso, assente numa economia de mercado dinâmica. Não defendemos uma economia cega nem um capitalismo surdo às desigualdades, mas sim um modelo que cria oportunidades, combate a pobreza e permite que cada um progrida pelo seu próprio valor.

Defendemos a **igualdade de oportunidades e não de resultados**, cabendo ao Estado garantir que todos partem com as mesmas ferramentas básicas, respeitando ao mesmo tempo as diferenças e escolhas individuais, sem impor uma uniformidade cinzenta. Assim, afirmamos um partido para todos, não de uma elite ou de uma classe, mas de quem trabalha, de quem empreende e de quem acredita que, com esforço, o amanhã pode ser sempre melhor que o hoje.

Defesa da Vida

Para o CDS-PP, a defesa da vida, a sua inviolabilidade e a sua proteção jurídica são bens absolutos que transcendem qualquer programa político ou tática eleitoral. Acreditamos que a **dignidade da pessoa** começa no momento da concepção e termina apenas com a morte natural, sendo dever do Estado **proteger esta continuidade sem exceções**.

Defendemos a inviolabilidade do ser humano, entendendo a vida como uma dádiva que não está à livre disposição do Estado ou de maiorias ocasionais, recusando por princípio qualquer medida legislativa que diminua, limite ou relativize o valor da existência humana.

Fiéis à melhor tradição humanista portuguesa, reafirmamos a nossa **oposição absoluta à pena de morte**, considerando que ninguém tem o direito de retirar a vida a outro ser humano. Defendemos também o respeito integral pela vida desde o seu início, o que sustenta a nossa **oposição ao aborto**, e batemo-nos por uma cultura que acolha a vida, acompanhada de políticas públicas que **apoiem a maternidade e a família**, garantindo que nenhuma mulher se sinta compelida a interromper uma vida por pressões profissionais, falta de integração social ou ausência de apoio económico.

Educar para a Liberdade e para o Futuro

A Educação é o fator estratégico para o desenvolvimento de Portugal e a ferramenta essencial para a formação integral da pessoa, devendo o sistema educativo formar **espíritos livres, críticos** e preparados para os **desafios** da modernidade sem nunca esquecer a transmissão dos **valores** que nos definem como Nação, tratando-se de um bem em si mesmo e do melhor instrumento para assegurar a nossa continuidade histórica.

Nesse sentido, defendemos que a **História de Portugal e a Língua Portuguesa** devem ter uma importância central no currículo, pois não há futuro sem o conhecimento do passado nem cultura sem o domínio da nossa língua, ao mesmo tempo que pugnamos pelo fim do monopólio público do ensino, uma vez que, embora o Estado deva assegurar o acesso e a qualidade, não tem a

obrigação de ser o seu único produtor, valorizando-se o ensino privado e cooperativo como parceiros essenciais na liberdade de aprender e ensinar.

Adicionalmente, o sistema educativo deve estar articulado com a **investigação científica** e o desenvolvimento tecnológico para garantir a autonomia do nosso sistema económico e a competitividade do país no mundo, tudo isto assente na promoção do rigor e da exigência em todas as etapas, através de critérios que visam a excelência e valorizam tanto o corpo docente como o futuro dos alunos.

Saúde para todos

O Partido Popular considera que é desejável o encorajamento de todas as formas de **solidariedade particular e voluntária**, uma vez que tal prática gera economia de recursos e promove a humanização da proteção social, acreditando que uma economia mais competitiva e um **Estado mais eficaz** são perfeitamente **compatíveis com uma sociedade mais solidária**. Nesta linha de pensamento, o partido defende que a gratuitidade universal no acesso à Saúde deverá ser substituída por um sistema baseado num seguro de saúde obrigatório que cubra os cuidados essenciais, cabendo ao Estado o dever de subvencionar o custo deste seguro no caso dos cidadãos mais desfavorecidos, prevendo-se paralelamente a respetiva dedução nos impostos para os restantes cidadãos.

O CDS-PP defende que o incentivo às diversas expressões de solidariedade privada e voluntária é fundamental, uma vez que esta dinâmica permite **otimizar a gestão de recursos e conferir um carácter mais humano ao sistema de proteção social**. Segundo esta visão, não existe qualquer contradição entre a promoção de uma economia competitiva e de um Estado eficiente e o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, sendo ambos os conceitos perfeitamente conciliáveis no quadro de uma governação moderna.

Uma Economia de Liberdade e de Mercado

Acreditamos na livre iniciativa como o motor do bem-estar de todos, abrangendo trabalhadores, empresários e famílias, defendendo que Portugal só terá uma economia moderna e competitiva se permitir o jogo **leal das forças de mercado** e libertar os agentes económicos das amarras de um Estado intervencionista.

Defendemos, sem disfarces, o modelo da economia de mercado como o mais justo e eficiente para **criar riqueza** e garantir a **autonomia da sociedade civil**, depositando total confiança na iniciativa privada por acreditarmos que a economia real é feita pelas pessoas e não por engenheiros sociais no governo, recusando modelos dirigistas que historicamente apenas trouxeram estagnação e pobreza.

O nosso caminho é claro no sentido de retirar o Estado de onde ele não deve estar, assumindo que este não deve ser empresário, mas sim o regulador que garante **regras iguais para todos**, impedindo monopólios e protegendo a concorrência leal, sempre com a premissa de que o mercado deve estar ao serviço do Homem e do seu desenvolvimento integral por ser o sistema que melhor potencia as capacidades individuais. Para tal, a garantia do direito de propriedade e o acesso generalizado ao seu exercício surgem como condições essenciais para uma classe média forte e uma economia vibrante, uma vez que só uma **economia privada sólida** permite um aumento sustentado da riqueza nacional e da qualidade de vida de cada português, promovendo-se a solidariedade através da eficiência, já que apenas uma economia eficiente gera os recursos necessários para apoiar os mais fracos, combatendo a pobreza através da criação de riqueza e não da distribuição da escassez.

Ecologia e Conservação da Natureza

Ser conservador significa, antes de mais, querer **conservar o que é essencial**, nomeadamente a habitabilidade do planeta e a qualidade da vida, razão pela qual rejeitamos a ideia de que a esquerda detém o

monopólio da ecologia, visto que a história demonstra que os regimes marxistas foram os maiores predadores ambientais da humanidade.

Para nós, proteger o ambiente é aceitar o **dever de continuidade** e assumir a ecologia como um valor fundamental, tratando a natureza como um **legado** que recebemos e que temos a obrigação de transmitir, num compromisso de honra entre os que já partiram, os que aqui estão e os que ainda hão de nascer. Nesse sentido, **recusamos um ecologismo extremista** que prescinde da ideia de progresso ou que vê o ser humano como um inimigo do planeta, defendendo, em alternativa, uma **ecologia do desenvolvimento** que equilibre a preservação ambiental com a viabilidade económica e o bem-estar social.

Finalmente, encaramos a terra como **património da Nação**, entendendo que defender as nossas **florestas**, os nossos **rios** e a nossa **costa** é um ato de patriotismo, assente na responsabilidade, na decência e no respeito pela ordem natural das coisas.

Combate à Corrupção e Regeneração Ética

O combate à corrupção é uma missão que só pode ser assumida por quem está fora das teias de dependência do poder, uma vez que a concentração de interesses e a manutenção das mesmas estruturas de decisão durante décadas amoleceram as defesas do regime. Este fenómeno não se combate com propaganda, mas sim com o **reforço da independência** de quem tem o dever de fiscalizar através do primado da magistratura independente.

Nesse sentido, o combate à corrupção deve caber, no essencial, à Procuradoria-Geral da República, defendendo-se a **atribuição de meios reais e autonomia plena** para que a justiça atue sem olhar a cargos ou privilégios, ao mesmo tempo que se rejeita qualquer tentativa de transferir esta responsabilidade para entidades dependentes do poder executivo, pois a fiscalização do poder não pode ser feita pelo próprio poder.

Para consolidar uma cultura de transparência e responsabilidade, o CDS-PP defende a **adoção de um código de conduta interno rigoroso**, aplicável aos seus titulares de cargos políticos e partidários, bem como a punição efetiva do tráfico de influências, acreditando que a ética na política é a única forma de devolver aos cidadãos a confiança nas instituições democráticas.

O CDS-PP deve afirmar esse compromisso internamente, através de uma **cultura de exigência e responsabilidade**, com tolerância zero perante comportamentos que comprometam a integridade da sua ação política.

Património Nacional e Liberdade Cultural

Um país sem memória é um país sem futuro, razão pela qual reconhecemos o valor do Património Nacional como o legado fundamental da nossa **identidade e cidadania**, recusando a ideia de que o Estado deva ser o gestor absoluto da cultura ou que a transforme em propaganda e numa rede de subsídios para grupos privilegiados. Defendemos, por isso, que o Estado deve recuar na **gestão do espetáculo** e avançar na **proteção do que é eterno**, focando a sua vocação cultural na **conservação, restauro e divulgação do património histórico** em detrimento de políticas culturais tendenciosas ou sectoriais. Esta visão estende-se à **defesa da Língua Portuguesa** como uma obrigação central do Estado, através de políticas rigorosas de incentivo à leitura, preservação de arquivos e promoção do português no mundo enquanto maior ativo cultural da Nação.

Finalmente, aplicamos o princípio da subsidiariedade cultural, onde o Estado intervém apenas de forma supletiva onde a iniciativa privada não chega, como na música erudita ou na preservação de artes tradicionais em risco, garantindo que a cultura é efetivamente de todos e para todos, liberta de uma dependência de elites subsidiadas.

Um Partido Nacional na Europa

Não confundimos a vocação europeia com um internacionalismo sem rosto que apaga as identidades, pois a nossa Europa não é a da burocracia centralista, mas sim a da **solidariedade entre nações livres e soberanas**. Defendemos que as decisões devem ser tomadas o mais próximo possível dos cidadãos, num princípio de soberania e subsidiariedade em que aquilo que Portugal pode decidir sozinho não deve ser imposto por Bruxelas.

Defendemos o reconhecimento da **herança cultural e ética europeia**, profundamente marcada pelas suas raízes judaico-cristãs, recusando visões que desvalorizam ou ignoram essa realidade histórica..

Recusamos o federalismo e afirmamos uma **Europa das nações**, forte na **segurança** e na **economia**, mas respeitadora da **língua**, da **cultura**, do **território** e da **soberania** de cada Estado-membro. Nesse quadro, defendemos uma política europeia de imigração e asilo que seja firme e humana, garantindo simultaneamente a **segurança das fronteiras externas**.

O Mar e o Atlântico

Defendemos o atlantismo como o elemento decisivo da nossa independência e da nossa relevância geopolítica, uma vez que a **ligação de Portugal ao Mar** foi, ao longo dos séculos, o que garantiu a nossa liberdade e nos impediu de sermos absorvidos por lógicas puramente continentais. Nesse contexto, defendemos convictamente a participação de Portugal na NATO como o **sistema de segurança** que melhor serve o interesse nacional, reafirmando a sua atualidade como pilar da paz e da liberdade no Ocidente e assumindo o Mar como um **conceito estratégico fundamental**.

Esta visão do Mar como a nossa plataforma de projeção mundial exige que o conceito estratégico nacional priorize a vigilância, a exploração sustentável e o controlo das nossas águas, reafirmando Portugal como uma potência marítima, garantindo assim que o país não seja reduzido a uma periferia europeia e mantendo, através das nossas **alianças transatlânticas**, a nossa centralidade no mundo.

CPLP: Uma Prioridade Estratégica Nacional

A nossa vocação africana e a ligação fraterna ao Brasil não são alternativas à Europa, mas sim a nossa distinção no mundo, assumindo Portugal como uma **nação atlântica e lusófona** onde a CPLP deve ser o palco de uma prioridade estratégica que potencie a nossa cultura, a nossa língua e os nossos interesses económicos comuns. Esta convergência de interesses deve ser pautada por uma cooperação pragmática e mútua, focada no desenvolvimento económico, na segurança e na expansão da língua portuguesa como um **ativo de valor global**, honrando simultaneamente todos aqueles que, nos países de língua portuguesa, resistiram e resistem contra regimes de partido único e ideologias totalitárias que trouxeram guerra e pobreza, reafirmando um compromisso inabalável com os democratas.

Ao promovermos a lusofonia como identidade, através da partilha de costumes e experiências, reforçamos o papel de Portugal como um **parceiro privilegiado e uma ponte natural entre continentes**, o que aumenta o **peso diplomático** da nossa nação à escala mundial e consolida o compromisso de defender a língua portuguesa como o veículo multidirecional da nossa cultura, promovendo a sua utilização e proteção conjunta com todos os países que a utilizam.

TEMPO DE REFORMAR O PAÍS

“Há quanto tempo procura Portugal uma ideia nova sobre si próprio? Se há muitos anos o País precisa e procura uma nova ideia sobre si mesmo, é também certo que nunca ela foi tão necessária como hoje.”

Francisco Lucas Pires

Reforma na Educação

Ensino Básico, Secundário e Profissional

O atual quadro do sistema educativo português no que concerne ao ensino básico, secundário e profissional é desanimador. Trata-se de um reflexo de sucessivos anos de más políticas educativas, tendo por base concepções educativas que apesar de serem idealisticamente atraentes e apelativas, são nocivas para o país e o sistema educativo como um todo mas, principalmente, para cada jovem português.

As lógicas educativas tendo por base um currículo assente em competências muitas das vezes abstratas, aliado a um sistema que se **afasta dos padrões de rigor e exigência** que deveriam ser aplicados tem tido resultados inegavelmente negativos. Pontos que já estão identificados não só do ponto de vista empírico, como científico. Por exemplo, através dos últimos resultados do PISA, referentes ao ano de 2022.

Somando a isso, é atualmente propulsor de uma cultura que desvaloriza e rejeita a dimensão profissionalizante do ensino, esquecendo as suas valências para o país e o quão necessária é a uma alimentação ampla do mercado de trabalho.

Para além disso, vem perpetuando-se uma cultura de **desvalorização alargada da função do docente**, seja do ponto de vista remuneratório, sendo muitas das vezes este o último estágio da desvalorização, como no próprio plano do recrutamento e da avaliação da atividade de cada docente. Degenerando assim a qualidade daquela que é uma das atividades profissionais mais elementares no desenvolvimento do país.

Ao mesmo tempo, a **interferência excessiva do Estado central** continua também a ser um malefício para o sistema, aumentando da carga burocrática e a morosidade na resolução de processos mas, principalmente, na forma como se mantém da realidade concreta de cada comunidade escolar e as suas múltiplas e variadas necessidades.

É, por isso, imperativo implementar e definir uma nova direção no que à política educativa diz respeito. De uma forma ampla e tendo por base princípios simples, mas elementares da estrutura social.

Urge assim ter por base um **sistema assente em currículos robustos**, o mais vastos possível e que tenham por métrica de avaliação conhecimentos concretos e passíveis de serem avaliados de forma consistente e tangível. Para que dessa forma se possa ir equacionando ao longo do percurso educativo as respectivas necessidades de apoio e adaptação de cada aluno.

É ao mesmo tempo necessário recuperar uma política de **rigor e exigência** em relação à avaliação ao longo do percurso educativo, seja na dimensão interna, como na dimensão externa. A avaliação, quando realizada com objetivos bem definidos e concretos, é sempre um passo mais próximo do **desenvolvimento integral das competências múltiplas** que o aluno deve obter, tendo por base conhecimentos concretos. É necessário olhar para o desenvolvimento humano do indivíduo numa perspetiva holística, não descurando a sua dimensão física e artística. É também necessária a implementação de políticas de fomento da prática desportiva e da criatividade artística.

No ensino profissional, é necessário apostar no alargamento e diversificação, tendo em conta as necessidades mais urgentes do mercado de trabalho. Para tal, a par da política educativa e legislativa que é obrigatoriamente necessária, é também fulcral uma alteração do entendimento existente em relação ao valor dos vários percursos académicos possíveis e a forma como estes podem proporcionar **carreiras profissionais de grande valor** acrescentado. Seja para o indivíduo, como para o país.

Para esta mudança profunda, é essencial reforçar a **liberdade na educação**. Por um lado, garantindo aos alunos e às suas famílias maior capacidade de escolha ao longo do percurso escolar. Por outro, permitindo às instituições escolares adaptarem-se de forma mais ágil às necessidades da sua comunidade educativa.

Ao mesmo tempo, a recuperação do **prestígio da carreira docente** deve também ser um ponto fulcral numa visão holística do sistema. Apenas garantindo que muitos dos melhores são aqueles que transmitem os seus

conhecimentos aos nossos jovens é que poderemos ter confiança plena num futuro de progresso e desenvolvimento.

Exclusivamente com uma mudança profunda e gradual, assente nas diretrizes acima indicadas poderá tornar o **sistema educativo português eficiente**, de qualidade e verdadeiramente adaptado ao novo mundo. Sem descurar jamais aquele é um princípio basilar: em primeiro lugar, está sempre o aluno e os interesses do seu desenvolvimento.

Medidas:

Revisão do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

- Aposta clara e inequívoca num perfil assente em conhecimentos concretos e mensuráveis, passíveis de serem avaliados de acordo com métricas bem definidas e cientificamente comprovadas;

Revisão dos planos curriculares

- Ampla revisão dos planos curriculares de todas as disciplinas e anos de escolaridade, tendo em vista um reforço da ambição, da estrutura disciplinar e da coerência dos mesmos de modo a promover uma evolução progressiva e interdisciplinar;

Reformulação do plano de utilização de plataformas digitais

- Revisão e reformulação do plano de implementação e utilização de plataformas digitais ao longo da escolaridade obrigatória;
- Fim da realização de provas de avaliação em formato digital/eletrónico;
- Extensão da restrição total da utilização de telemóveis inteligentes nas escolas até ao 9º ano;

Medidas de apoio aos alunos com dificuldades

- Reforçar o ensino estruturado de Matemática e Português, com programas intensivos de apoio para alunos com fraco desempenho escolar;
- Criação de um programa de apoio aos alunos, nas várias disciplinas, das zonas de carência escolar;

Reformulação do modelo de Avaliação Interna e das Provas de Avaliação Externa

- Reforço dos elementos de avaliação contínua na Avaliação Interna;
- Substituir a escala de classificação “1 a 5” a partir do 5.º para uma escala de “0 a 20”;
- Aplicação de carácter de avaliação sumativa nas Provas de Aferição do 2º, 5º e 8º ano, com uma ponderação de 15% na nota final do respetivo ano de escolaridade;
- Implementação de Provas de Avaliação Externas no 4º e 6º ano de escolaridade com carácter de avaliação sumativa e com efeito no prosseguimento de estudos no ciclo seguinte. As respectivas provas, devem ter uma ponderação de 20% na nota final do respetivo ciclo de ensino;
- Reposição da obrigatoriedade de realização de Exames Nacionais às disciplinas elementares do percurso regular no Ensino Secundário;
- Exames finais do ensino secundário com ponderação de 30% na nota final do ciclo de ensino;

Revisão e Alteração das condições de transição e aprovação de ano e ciclo de escolaridade

- Fim da consideração do regime de excepcionalidade à retenção dos alunos;
- Fim do regime de excepcionalidade à não retenção de alunos no 1º ano de escolaridade;
- Retenção do aluno no 4º de ano de escolaridade, em caso de menção Insuficiente em Português (ou PLNM ou PL2) ou em Matemática;
- Retenção do aluno no 6º ano de escolaridade, em caso de menção Insuficiente em Português (ou PLNM ou PL2) ou em Matemática;
- Retenção do aluno no 9º ano de escolaridade, em caso de menção Insuficiente em Português (ou PLNM ou PL2) ou em Matemática;

Aumento e incentivo da flexibilidade curricular no Ensino Secundário

- Aumentar, em pelo menos duas, as disciplinas à escolha do aluno, criando mais flexibilidade curricular dando a possibilidade ao aluno de escolher o percurso académico onde mais se revê.

- Aplicação prática da possibilidade de escolha da frequência de disciplinas externas ao plano curricular do curso regular em que se está inscrito;
- Criação de um sistema de créditos no ensino secundário para ajudar a maior mobilidade entre cursos;

Ensino Profissional

- Campanha nacional para valorizar os cursos profissionais como primeira escolha, garantindo que tenham prestígio igual ao ensino regular e universitário e que ofereçam boas perspetivas de carreira profissional;
- Aumento do número de cursos profissionais adaptados às exigências do mercado, como os cursos de pedreiro, canalizador, serralheiro entre outras profissões as quais existam falta de mão-de-obra em mais regiões do país, mediante uma identificação prévia das necessidades;
- Criação de mais parcerias entre escolas profissionais e empresas, garantindo que os alunos tenham estágios remunerados e experiência real no sector antes de concluírem o curso;

Desporto nas Escolas

- Aumento do número de horas curriculares da disciplina de Educação Física;
- Fomento de equipas para as várias modalidades do Desporto Escolar, em todas as escolas públicas para competição na “Liga Desporto Escolar +” com prémio monetário por aluno que fizer parte;
- Estabelecer parcerias entre escolas portuguesas e clubes desportivos locais, permitindo que os alunos tenham acesso a mais modalidades, equipamentos e melhores treinadores;
- Programa nacional de desportos ao ar livre, incentivando atividade como trilhos, ciclismo, orientação e corridas aproveitando os recursos naturais de Portugal;
- Promover o desporto como meio para a prevenção de transtornos mentais;

Segurança nas Escolas

- Reforçar o programa “Escola Segura”, através de uma maior colaboração com as polícias municipais, PSP e GNR;
- Implementar um programa eficaz contra o bullying e o cyberbullying;

- Promoção de um questionário anónimo, no final de cada ano letivo, a ser preenchido por cada aluno onde são expressos os problemas de segurança da instituição de ensino, para que assim em colaboração com o município e com as autoridades possam ser resolvidos de forma mais eficaz.

Administração Escolar

- Diminuir o número de alunos por turma para 20 alunos no básico e 24 no secundário;
- Introdução de ação social em todas as escolas do sector particular, como contrapartida ao tratamento fiscal benéfico que atualmente dispõem;
- Alteração do critério da frequência das escolas, integradas na rede de ensino público, através de um método de sorteio como ocorre, com as devidas proporções, em alguns modelos de ensino anglo-saxónicos (sorteio de 10% das vagas para início de ciclos, podendo os alunos candidatar-se a essas vagas, sem limitar o processo de candidaturas a outras escolas, e independentemente da sua morada de residência ou local de trabalho dos encarregados de educação);
- Criar um programa experimental de vouchers de educação a começar por regiões com menor oferta de escolas, analisando as necessidades das famílias para um estudo de implementação nacional;
- Dotar as escolas de mais autonomia para a integração curricular indo ao encontro das necessidades dos seus alunos e capacidades que são demonstradas. Fazer o mesmo também a nível financeiro retirando peso à decisão central;
- Planeamento de estratégias para implementação do cheque-ensino e em paralelo analisar estratégias de isenção das taxas em escolas que apliquem o contrato de associação;

Carreira Docente

- Partilha de previsão de número de profissionais necessários por área do país, dando aos futuros profissionais a correcta expectativa de onde poderão vir a exercer;
- Criação de um banco de profissionais disponíveis para dar resposta pontual em situação de carência de professores para trabalhar em regime

provisório e que apresentem a experiência académica ou profissional necessária para lecionar;

- Desenvolvimento de um programa nacional de transição para o ensino, permitindo que profissionais de outras áreas se tornem professores através de formação acelerada e incentivos financeiros, tendo por base a necessidade geográfica dos docentes;
- Revisão da tabela remuneratória da carreira docente, tendo em vista o aumento da dotação salarial de cada escalão;
- Redefinição dos padrões de avaliação da atividade docente, promovendo um modelo rigoroso e exigente, ao mesmo tempo que exequível, justo e com consequências práticas efetivas;
- Facilitamento de despedimentos/afastamento da carreira docente em caso de deficiente execução da atividade profissional, mediante padrões e métricas definidas na referida avaliação da atividade docente;

Ensino Superior

Tal como é natural e simples de identificar, o Ensino Superior, como reduto avançado da formação académica é um reflexo profundo de todo o sistema que o antecede. Como tal, o seu estado atual é preocupante e em larga medida degradante, apesar das inúmeras retóricas políticas que são ensaiadas apontando para a excelência do sistema de ensino superior em Portugal e na Europa.

Ao contrário do que muitas das vezes é apontado, formar mais rápido e em maior quantidade, **nem sempre é** sinónimo de formar com **mais qualidade e preparação**. Trata-se de um sistema que assenta numa lógica formativa baseada em competências abstratas, numa reduzida amplitude de contacto com as várias áreas do conhecimento e numa especialização precoce, muitas vezes ineficiente e incoerente.

Esta abordagem conduz, na prática, a uma progressiva tecnocratização do indivíduo. A médio e longo prazo, um modelo com estas características está inevitavelmente condenado ao insucesso e à desconexão face às reais necessidades do país.

Ao mesmo tempo, um sistema onde o Estado intervém de forma excessiva e desproporcionada, através de legislação, organismos e instituições, criando uma máquina burocrática pesada e geradora de entropias no bom funcionamento das IES.

Essa realidade revela também uma direção ideológica errada sobre o que deve ser o funcionamento do ensino superior, onde o Estado pretende, mais uma vez, ser o controlador e decisor, em vez de **interlocutor com a sociedade**.

Desse modo, é preciso abordar o Ensino Superior numa perspetiva holística das suas várias dimensões e com isso procurar reformá-las de forma coerente e perspectivando um sistema que procure capacitar os indivíduos de **conhecimentos amplos, profundos e concretos**, garantindo que essa é a única forma de sustentar verdadeiramente múltiplas competências que podem ser utilizadas de várias formas ao longo da vida. De igual modo, ter por base uma lógica de pensamento onde o rigor e a exigência são ponto fulcral como único garante do desenvolvimento académico, o qual subjaz o **desenvolvimento intelectual e humano do sujeito**.

Para além disso, é urgente um sistema de Ensino Superior onde o Estado seja regulador e auxiliador, em vez de gestor e controlador. Só uma aposta forte e alargada na autonomia das instituições de Ensino Superior, nas suas várias dimensões, como a **pedagogia**, o **acesso**, os **currículos** ou o **financiamento** é que poderão garantir uma maior ligação entre os alunos e as respectivas instituições bem como o seu funcionamento ágil, coerente e competitivo, obrigando-as a colocar os interesses da comunidade académica em primeiro lugar, em substituição do totalitarismo estatal que vai imperando em Portugal.

Apenas assim, poderá haver a transição para o Ensino Superior que seja o último estágio de formação do indivíduo, a qual se pretende ampla e multidimensional, mas assente em conhecimentos concretos que naturalmente se irão traduzir em múltiplas competências, em vez da atual lógica facilitadora e tecnocrática.

Medidas:**Alteração do modelo de acesso ao Ensino Superior**

- Regime de acesso direcionado a uma Faculdade/Instituto/Escola, ou seja, a uma área do conhecimento e, apenas posteriormente, a um curso em específico;
- Realização de provas elaboradas pela instituição de Ensino Superior, com uma ponderação de 40% na classificação de entrada;
- Classificação final do Ensino Secundário com uma ponderação de apenas 30% na classificação de entrada;
- Entrega de Curriculum Vitae, com ponderação de 10% na classificação de entrada;
- Realização de entrevista com a instituição de Ensino Superior, com ponderação de 20% na classificação de entrada;

Sistema Europeu de Ensino Superior

- Revisão alargada do Sistema Europeu de Ensino Superior;
- Revisão dos graus e diplomas, bem como da fixação das durações particulares para os diferentes ciclos de estudos do Ensino Superior, tendo em vista a sua alteração e extinção do último;

Autonomia das instituições de Ensino Superior

- Autonomia das Universidades na entrega de bolsas;
- Autonomia das Universidades no financiamento dos projetos de investigação, sejam eles individuais ou coletivos;
- Autonomia das Universidades na definição dos currículos dos respectivos cursos, bem como na sua duração;
- Simplificação e flexibilização do processo de alteração e eliminação de cursos;
- Alteração e alargamento das fontes de financiamento;
- Revisão do modelo de governo das Universidades;

- Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) por forma a reforçar a representação estudantil nos órgãos das Instituições de Ensino Superior, garantindo uma participação mais efetiva na definição das políticas e na governação das instituições;

Carreira Docente Universitária

- Abolição do “estatuto reforçado de estabilidade no emprego”
- Autonomia das instituições de Ensino Superior para promoções e alterações salariais mediante métricas por si definidas;
- Processos de avaliação mediante a finalidade em questão, que sejam externos, quantitativos, qualitativos e efetivos;

Ação Social

- Promoção de habitação estudantil a preço acessível em edifícios onde residem pessoas idosas com duplo objetivo: Combate ao isolamento e aumento da oferta de habitação a baixo preço;
- Isenção do IVA nos gastos variáveis (água, luz, gás) para os jovens com contrato de arrendamento a dividir com outros jovens, entre os 18 e os 25 anos;
- Atribuição de benefícios fiscais a senhorios que arrendem quartos a estudantes do ensino superior a preços acessíveis;
- Articulação entre os Governos Regionais e o Governo da República para a criação de residências para estudantes deslocados das regiões autónomas.
- Criação de programas de apoios a estudantes deslocados e/ou com baixos rendimentos, através do estabelecimento de parcerias com o setor privado para a criação de bolsas e programas de financiamento;

Trabalhador-Estudante

- Criação da plataforma “Captação de talento Jovem”: Recolher informação de todas as empresas que procurem funcionários para trabalhos de nível júnior e que possam ser feitos por jovens ainda em formação, podendo ser considerado também o trabalho remoto.
- Rever o estatuto trabalhador-estudante: Isenção de IRS para o trabalhador estudante até aos 25 anos com rendimentos máximos de 15000 euros.
- Promoção de ligações entre as escolas e os meios profissionais e sociais: Aposta em feiras de empregabilidade que levem indústrias locais a aproximarem-se de futuros trabalhadores; Promoção de eventos culturais com forças vivas locais, como feiras do livro, teatros na escola, concertos, entre outros;
- Aposta no uso do espaço escolar como espaço de atividades extra curriculares emanantes da sociedade civil.
- Expandir a oferta de cursos em regime part-time nas universidades portuguesas, oferecendo mais flexibilidade para trabalhadores estudantes.

Desporto nas Universidades

- Reforçar o estatuto estudante-atleta: ter direito a aulas de compensação, se forem consideradas pelos professores como imprescindíveis para o processo de avaliação e aprendizagem;
- Realizar campanhas de sensibilização por todas as instituições para a prática e inscrição de grupos de desporto;
- Desenvolver programas de desporto inclusivo nas universidades portuguesas, garantindo que todos os estudantes, independentemente das suas características físicas, possam participar em atividades desportivas.

Saúde Mental

- Criação de Gabinetes de Apoio Mental em todas as universidades e institutos politécnicos, com extensão às comunidades escolares de ensino secundário, em coordenação com as unidades de saúde mental dos hospitais de referência e em parceria com as universidades de psicologia da região;
- Implementação do regime de teleconsultas na área de psicologia direcionada a jovens universitários de modo a facilitar a sua gestão e o acesso à ajuda psicológica em qualquer espaço e período temporal por todo o território português;
- Trabalhar a saúde mental na ótica da prevenção, sustentada através de atividades que ajudem ao bem-estar emocional, como por exemplo o desporto;
- Criação de um programa de incentivo à autonomia psicológica e emocional, com formação em gestão de stress; ○ Incentivar a consciencialização e formação de jovens universitários nesta área, de forma a que sejam capazes de sinalizar, apoiar e encaminhar outros jovens que manifestam problemas psicológicos para os serviços adequados;
- Lançar uma campanha nacional de sensibilização para a saúde mental no ensino superior, com o objetivo de reduzir o estigma e promover a procura de apoio.

Reforma Laboral

Portugal enfrenta hoje um momento decisivo que exige mais do que ajustes pontuais: exige uma reforma laboral de natureza estrutural. A competitividade de um país não se constrói pela redução de direitos, mas pela **capacidade de conciliar eficiência económica com estabilidade social**.

É fundamental modernizar e tornar mais flexíveis as relações laborais para aumentar a produtividade. Mas essa flexibilidade só será legítima se contribuir para responder a dois dos principais desafios do país: o **desemprego** e a saída de **jovens qualificados**.

O objetivo deve ser claro. Garantir que Portugal não continua a ser um país que exporta talento e importa precariedade

Neste desígnio de modernidade, a gestão da conflitualidade laboral assume um papel central. Defendemos uma densificação normativa do regime de serviços mínimos em setores críticos de interesse geral. É imperativo que o exercício do **direito constitucional à greve** (pilar inalienável da democracia) coexista de forma harmoniosa com a **continuidade das funções sociais do Estado**.

Propomos um reforço dos níveis mínimos efetivos de funcionamento e o agravamento das **penalizações** associadas **ao seu incumprimento**, assegurando que o interesse público e a atividade económica não sejam reféns de paralisações que coloquem em risco a proteção fundamental dos cidadãos. A paz social constrói-se através de um equilíbrio efetivo entre o direito à greve e a garantia de prestação de serviços essenciais, assegurando que nenhum destes direitos se sobrepõe de forma desproporcionada ao outro.

O mercado laboral deve transitar para um modelo de elasticidade funcional e desregulação burocrática, substituindo a rigidez por uma adaptabilidade inteligente. É necessário promover acordos flexíveis que legitimem regimes de trabalho híbrido, a adesão voluntária a semanas comprimidas de quatro dias e o alargamento de regimes de bancos de horas por acordo direto.

Esta flexibilidade não deve ser confundida com desproteção. Trata-se de uma **otimização simbiótica** que permite às empresas responder à volatilidade dos mercados globais enquanto garante às **famílias** uma organização do tempo mais ajustada às suas **necessidades**, na dimensão **pessoal, familiar e social**.

O objetivo é a criação de um ecossistema laboral onde a autonomia e a produtividade por resultados substituam o presencialismo estéril, tornando Portugal um destino atrativo para jovens que procuram conciliar o brio profissional com a qualidade de vida.

Contudo, esta modernização corre o risco de ser uma fachada se não for acompanhada por uma inversão radical na política de **Ciência, Tecnologia e Inovação**. Assistimos hoje, com profunda preocupação, a uma demolição em curso do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN). A anunciada extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a criação da Agência de Inovação e Inteligência Artificial (AIIA) representam uma reconfiguração tecnocrática que ameaça agravar o subfinanciamento e a instabilidade institucional. Repudiamos a subordinação acrítica da investigação fundamental à "inovação empresarial" de curto prazo. Um país que amputa a sua rede de laboratórios do Estado e desvaloriza a ciência básica condena-se à **dependência externa** e à obsolescência intelectual. **A ciência não pode ser um acessório** do poder económico, nem as opções públicas podem ser ditadas por interesses privados nas costas da comunidade científica.

A precariedade no SCTN é o exemplo máximo da falência do atual modelo. A proliferação de bolsas em detrimento de contratos de trabalho e a ausência de integração nas **carreiras de investigação** são os principais motores da emigração dos nossos melhores cérebros. Propomos, por isso, o fim imediato da precariedade laboral na ciência, substituindo o regime de bolsas por vínculos contratuais estáveis e garantindo o cumprimento do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC). É inadmissível que verbas destinadas ao conhecimento sejam desviadas para satisfazer metas de militarização impostas por instâncias externas, como a NATO ou a União Europeia, em detrimento do investimento na capacidade nacional. A soberania de Portugal depende de um financiamento adequado e estável a todas as componentes do SCTN,

salvaguardando a investigação fundamental como onde floresce toda a inovação aplicada.

No plano social, o **combate à precariedade** deve estender-se a todo o setor privado. Defendemos a conversão automática de contratos a termo em vínculos permanentes após três anos de vigência ou de renovações sucessivas.

Esta medida, a par de um reforço da fiscalização do trabalho independente pela ACT, visa combater o recurso abusivo a falsos recibos verdes, que distorce a concorrência e fragiliza os direitos dos trabalhadores.

Não haverá verdadeira justiça geracional enquanto o mercado de trabalho permanecer marcado por uma divisão entre trabalhadores protegidos e outros sujeitos a situações de maior instabilidade.

No mesmo sentido, importa promover uma reforma das **licenças parentais**, tornando-as mais abrangentes e flexíveis. Defendemos um regime que combine uma remuneração adequada com uma duração alargada, permitindo que a parentalidade não seja um obstáculo à progressão profissional, mas um fator de **equilíbrio e sustentabilidade demográfica**.

A proteção da infância e a promoção da igualdade dos pais são dimensões essenciais de uma política laboral que valoriza o trabalho e a dignidade das pessoas.

Em suma, a reforma que Portugal exige é uma síntese entre a **agilidade económica** e a **estabilidade social**.

Um mercado de trabalho moderno deve valorizar o conhecimento e garantir serviços mínimos eficazes, promover a flexibilidade necessária sem precarizar existências e criar condições para fixar os jovens através da estabilidade e de oportunidades reais.

Só assim passaremos de um país que exporta licenciados para uma nação capaz de afirmar-se pela inovação e pela justiça laboral.

É este o compromisso com um futuro onde o trabalho dignifica o cidadão e contribui para o fortalecimento do país.

Medidas:

Licença inicial remunerada

- 150 dias remunerados a 100% do salário se usados integralmente pela mãe;
- 120 dias remunerados a 100% se partilhados entre mãe e pai, sem quota mínima definida para o pai

Licença parental alargada

- Avaliação da possibilidade de prolongamento até 36 meses da criança, com remuneração parcial ou com apoio estatal, inspirada no *Child Home Care Allowance*;
- Flexibilidade para usufruir de períodos parciais ou fracionados, conciliando com trabalho a tempo parcial ou formação profissional.

Proteção e direitos laborais

- Garantia de regresso ao trabalho em condições idênticas, incluindo manutenção de carreira e progressão salarial;
- Reforço do regime de proteção no despedimento durante as licenças parentais, tornando-o mais exigente e garantindo uma fiscalização efetiva, de forma a prevenir qualquer forma de discriminação..

Integração com políticas de requalificação

- Possibilidade de formação profissional durante períodos prolongados de licença, assegurando que os trabalhadores não perdem competências nem oportunidades de progressão de carreira.

Dinamização da Competitividade e Emprego Jovem

- Implementar uma reforma do Código do Trabalho que promova a agilidade e a elasticidade funcional, encarando a flexibilidade não como um vetor de precarização, mas como o instrumento essencial para elevar a produtividade nacional e responder ao desemprego jovem, fixando o talento qualificado em Portugal;
- Deve fomentar-se a adoção de modelos de trabalho híbridos, a adesão voluntária à semana comprimida de quatro dias e a utilização de bancos de horas por acordo direto. Estas soluções permitem conciliar melhor as necessidades operacionais das empresas com a organização da vida pessoal e familiar dos trabalhadores.

Meritocracia e Valorização do Capital Humano

- Garantir que a progressão na carreira e a evolução salarial no Estado assentam exclusivamente em critérios de competência e desempenho efetivo. Propõe-se a implementação de um sistema de avaliação rigoroso que transponha os princípios da meritocracia para o setor público, eliminando progressões automáticas desfasadas do mérito individual;
- Instituir um regime de benefícios em sede de IRC para empresas que invistam em formação contínua dos seus trabalhadores. Este regime deve abranger exclusivamente ações de formação certificadas e alinhadas com necessidades efetivas de qualificação, nomeadamente em áreas de atualização profissional, requalificação tecnológica e desenvolvimento de competências críticas para a economia. O pacote incluirá a dedução direta de custos com formadores certificados e a criação de créditos fiscais que permitam abater ao imposto devido uma percentagem do investimento realizado.

Salvaguarda da Soberania Científica e Fim da Precariedade no SCTN

- Interromper o processo de extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a criação da AIIA, rejeitando a subordinação da investigação fundamental aos interesses de mercado de curto prazo e garantindo a independência do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN);

- Erradicar o regime de bolsas de pós-doutoramento como forma de suprir necessidades permanentes, substituindo-as por contratos de trabalho estáveis e garantindo o pleno cumprimento do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC).
- Assegurar um financiamento público plurianual e estável para a rede de Laboratórios do Estado e centros de investigação, impedindo o desvio de verbas científicas para metas de militarização ou imposições externas que comprometam a investigação básica.

Coesão Territorial e Equilíbrio Social

- Implementar polos de atração fora dos grandes centros urbanos através de benefícios fiscais e apoio à habitação, visando inverter a macrocefalia urbana e tornar o "Portugal esquecido" num ecossistema viável para jovens famílias e empresas dinâmicas;
- Instituir a conversão automática de contratos a termo em contratos permanentes após três anos de duração ou após três renovações sucessivas, contribuindo para reduzir a segmentação do mercado de trabalho.
- Dotar a ACT de meios coercivos e inspetivos para erradicar o falso trabalho independente (falsos recibos verdes), garantindo a concorrência leal e a proteção dos direitos contributivos dos trabalhadores.
- Incentivar a instalação e realocização de empresas em regiões de baixa densidade, através de benefícios fiscais, simplificação administrativa e apoio à criação de emprego qualificado, promovendo a fixação de população e contribuindo para aliviar a pressão habitacional nos grandes centros urbanos.

Reforma Fiscal

A reforma fiscal que se apresenta parte de uma convicção essencial da Democracia-Cristã em Portugal, defendendo que a fiscalidade não deve ser apenas um instrumento de arrecadação de receita, mas sim um **pilar fundamental da liberdade económica**, da justiça social e da dignidade da pessoa humana. No entendimento do CDS-PP, um sistema tributário justo tem de ser simples, transparente e previsível, focado no financiamento sustentável do Estado sem nunca asfixiar a **iniciativa privada** ou a capacidade das famílias de construir o seu futuro com **autonomia**. Por esta razão, impõe-se uma revisão profunda da tributação nacional assente na correção das múltiplas tributações sobre o património, na simplificação dos impostos sobre o rendimento e no reforço dos incentivos à poupança e ao investimento.

No domínio do **património**, é evidente que o atual sistema **penaliza excessivamente a propriedade imobiliária** através da coexistência do IMT e do IMI, o que configura uma dupla tributação nefasta. O **IMT**, em particular, constitui um obstáculo à mobilidade social e territorial, pelo que se defende a sua **extinção progressiva** num horizonte de cinco anos. Paralelamente, importa reformular o IMI, estudando a transição para um modelo baseado no valor do solo (land value tax) que incentive a reabilitação urbana, acompanhado de isenções temporárias para habitação própria e permanente para aliviar as famílias no momento da aquisição. No que toca à fiscalidade indireta, o **Imposto de Selo** revela-se um mecanismo obsoleto e complexo, sendo necessária a sua eliminação gradual ao longo de quatro anos, começando pelos créditos e arrendamentos até à sua extinção total.

Quanto à tributação do rendimento das pessoas singulares, o cenário atual de fragmentação e elevadas taxas marginais prejudica a competitividade e a retenção de talento. A proposta passa por uma simplificação profunda do IRS, **reduzindo o número de escalões para apenas cinco**, com taxas moderadas que aliviem as classes média e baixa. Esta medida deve ser complementada por um apoio reforçado aos trabalhadores independentes e pequenas atividades, através da redução da retenção na fonte e do aumento dos limiares de isenção de IVA. No plano empresarial, a competitividade deve ser estimulada pela

eliminação progressiva da derrama estadual e pela redução da derrama municipal, criando um ambiente mais atrativo para o investimento e para a capitalização das empresas.

Finalmente, esta reforma estratégica assume o compromisso de **incentivar a poupança e a segurança financeira** de longo prazo, reformulando os regimes dos PPR para serem mais flexíveis e reduzindo a carga fiscal sobre os rendimentos de capital. Em síntese, o objetivo é afirmar um sistema mais justo e eficiente que valorize o trabalho e proteja a família, garantindo que o Estado não seja um obstáculo à vida das pessoas, mas sim um facilitador de liberdade e oportunidades. Só através de uma economia que respira e de cidadãos capacitados será possível garantir a prosperidade coletiva e a eficácia de um Estado moderno e verdadeiramente solidário.

Dupla tributação do património

Atualmente o IMT e o IMI consubstanciam os tributos que castigam, por um lado, a transferência do património imobiliário, e, por outro lado, a própria propriedade.

Impõe-se, perante este estado, repensar a tributação do património imobiliário, para que, se **acabe com a dupla tributação** que impende sobre o património. O IMT, em 2024 arrecadou 1 838 milhões de euros, tendo disso um recorde, que além disso, ultrapassou a colheita do IMI.

O IMT é um estorvo, bloqueia a mobilidade do património, e em consequência a mobilidade das pessoas, que caso queiram mudar de trabalho ou residência esbarram com mais um imposto. Adicionalmente, o **IMT** cria uma dependência de volatilidade às autarquias, em face do que é um bom ou mau ciclo de negócios imobiliários. No mais, é como referimos dupla tributação, o português, paga **IMI**, por ter propriedade, paga mais valias quando ganha na venda da propriedade, e além disso, paga por transferir a propriedade. E, por fim, vai contra uma das regras basilares da cobrança de impostos, pois penaliza-os quando estes já estão a fazer um grande esforço financeiro para a aquisição da propriedade. Atualmente, a taxa máxima de IMI é 7,5%, o qual coloca Portugal entre os mais onerosos da Europa, apenas atrás da Bélgica. O IMI, em 2025, gerou uma receita de 1 560 milhões, juntos os dois impostos representam 79,2% das receitas dos municípios. A propósito da IMI, seguimos de perto a OCDE, quando

esta recomenda, que ao invés da tributação da edificação, se tribute o solo – land tax value – sendo considerado o imposto mais eficiente entre os impostos da propriedade, o qual incentiva a construção e reabilitação.

Medidas:

- Extinção do IMT, com redução da taxa de imposto 20% anualmente, fazendo com que sequencialmente, ao longo de 5 anos, se concretize a redução de 7,5% para 0%;
- Estudar a viabilidade da transição do IMI para um imposto Land Tax Value;
- Isenção do IMI nos primeiros 5 anos para habitação própria e permanente (critérios de valor);
- Criar mecanismos simplificados contra a dupla tributação
- Criar procedimento automático de crédito de imposto estrangeiro no e-Fatura, isto é, eliminar a necessidade de requerimento manual para acionar convenções de dupla tributação;
- Isenção de tributação sobre dividendos de participações <5% em empresas da UE/EEE.

O imposto de selo

O imposto de selo configura um **anacronismo fiscal**, com origem em 1660, funcionando como um imposto catch-all sobre transações não albergadas pelo IVA. É um tributo altamente complexo, com centenas de taxas na Tabela Geral, estimando-se uma cobrança anual entre 1,8 a 2 mil milhões de euros. Nestas centenas de taxas, percebemos operações com cartões de crédito, seguros, arrendamentos, contratos, entre outras. O estado da arte da Europa mostra que a tendência é substituir impostos sobre transações, por instrumentos mais eficientes, como são IVA, impostos sobre o rendimento e impostos sobre o património.

Medida:

- Eliminação progressiva do imposto de selo, em 4 anos. No primeiro, eliminar o IS sobre as operações de crédito ao consumo e hipotecário; no segundo, eliminar o IS sobre o arrendamento; no terceiro, eliminar o

imposto de selo sobre heranças e doações entre familiares diretos; e, em quarto, eliminar qualquer incidência remanescente do IS.

IRS

Portugal concebe o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares com 9 escalões, com uma taxa de imposto máxima efetiva de 53%, e com taxas marginais de 12,5% a 48%, à qual acresce a taxa adicional de solidariedade. Mais uma vez, estamos entre os primeiros da Europa, só sendo ultrapassados pela Dinamarca, França e Áustria.

O hiato fiscal do trabalhador (tax wedge), que representa a diferença entre a totalidade dos custos laborais suportados pelo empregador e o salário efetivamente recebido pelo trabalhador (líquido de impostos e contribuições sociais do empregado e do empregador) médio em Portugal é de 39,4%, o 16.º maior da OCDE, continua a sangrar os rendimentos do trabalho, sobretudo para a classe média.

Além deste panorama constituir um **óbvio desincentivo ao trabalho**, esmaga a classe média.

Posto isto, e com o objetivo de devolver rendimento disponível a todas as famílias:

1. Redução do IRS para 5 escalões, com a seguinte taxa de imposto
 - Primeiro escalão: até €12.000: 10%
 - Segundo escalão: €12.001–€25.000: 18%
 - Terceiro escalão: €25.001–€50.000: 28%
 - Quarto escalão: €50.001–€100.000: 38%
 - Quinto escalão: Acima de €100.000: 45%

Trabalhadores independentes

1. Reduzir a taxa de retenção na fonte de 23% para 21% (art. 151.º CIRS)
2. Aumentar o limite de isenção de IVA (art. 53.º CIVA) de €15.000 para €18.000
3. Aumentar o limiar de isenção de retenção na fonte para €18.000/ano

IRC

A taxa de imposto do IRC desceu em 2026 para 19% num percurso que se prevê gradual até 17% em 2028. Para PME's a taxa sobre os primeiros 50 000€ é 15%.

No entanto, somando a derrama estadual (até 9% para lucros acima de €35 milhões) e a derrama municipal (até 1,5%), a taxa combinada máxima atinge 29,5% a 3.ª mais elevada da Europa, apenas atrás de Malta (35%) e Alemanha (30,06%).

A Tax Foundation classifica o sistema de IRC português como o 36.º de 38 países da OCDE devido à multiplicidade de taxas (6 escalões diferentes, o máximo na OCDE), surcharges e complexidade. A taxa efetiva mediana em 2022 foi de 19%, mas grandes empresas sem benefícios fiscais enfrentam uma taxa efetiva de ~26%.

Ora, o problema não é apenas a taxa, são os 6 escalões diferentes, a derrama estadual e a complexidade que afasta investimento.

Medidas:

- Eliminar a derrama estadual em 5 anos, um escalão por ano;
- Reduzir o teto máximo da derrama municipal de 1,5% para 1%;
- Isenção de derrama municipal nos primeiros 3 anos de atividade para startups;
- Alargar o limiar de lucro tributável sujeito a taxa reduzida de €50.000 para €200.000;
- Estatuto de Empresa Estratégica Territorial com benefícios cumulativos: IRC 12%; isenção de derrama municipal 5 anos; dedução de 150% para criação

líquida de emprego; crédito fiscal de 25% para investimentos em ativos fixos.

Incentivar a poupança e o investimento

A taxa de poupança portuguesa (12,1% em 2024) está abaixo da média da UE (14,5%). A tributação de rendimentos de capital a 28% desincentiva a poupança e o investimento de retalho.

Medidas:

- Criar Contas Individuais de Poupança e Investimento (Comissão chama *Savings and Investment Account*) similar às Individual Savings Accounts britânicas;
- Criar uma variante CIPI jovem (18 a 35 anos);
- Reformar os PPR – aumentando o limite de dedução à coleta de IRS: até 35 anos: €400 para €600/ano; 35 – 50 anos: €350 para €500/ano; Mais de 50 anos: €300 para €450/ano;
- Manter a taxa reduzida de 8% (resgate nas condições legais) e permitir resgate parcial sem penalização para amortização de crédito à habitação.

Simplificação e Estabilidade Fiscal

Em 30 anos, o IRC sofreu 1.355 alterações, uma média de 45 por ano. O tempo de cumprimento fiscal para empresas é de 63 horas/ano, o 3.º pior da Europa. A AT ganha apenas 49,3% dos litígios fiscais

Propomos a **Lei de Estabilidade Fiscal**

- Cada alteração fiscal estrutural deve estar vigente por pelo menos 3 anos, com exceção de diretivas e atualizações por limiares de inflação.
- A par disto, antes de qualquer proposta fiscal deve ser feita uma avaliação de impacto obrigatória pela UTAO.
- Atualização automática anual de todos os escalões e limiares fiscais ao IPC – Aplicável a IRS, IRC (PME), IMT, IVA (isenção trabalhadores independentes), a inflação não deve ser uma subida oculta de impostos.

No IVA propomos:

- Alargar a taxa de 6% a todo o consumo residencial de eletricidade sem limite de kWh ;
- Reduzir para 0% o IVA sobre bens alimentares essenciais do cabaz básico, com instrumentos de transparência e acompanhamento público da evolução dos preços, promovendo a concorrência e a plena repercussão da descida fiscal no consumidor;
- Reduzir a taxa máxima de IVA para 21%, assegurando condições de transparência e comparabilidade de preços que favoreçam a transmissão efetiva da redução fiscal ao consumidor final

Estatuto para Ofícios Tradicional em Risco

- Criar regime para artesãos e mestres de ofícios classificados como em risco de extinção
 - Isenção total de TSU patronal e pessoal para artesãos certificados;
 - Tributação de apenas 25% dos rendimentos em IRS ;
 - IRC a 5% para empresas exclusivamente dedicadas a ofícios tradicionais.

(A lista de ofícios elegíveis deve ser definida por portaria, com base no inventário da UNESCO e do IEFPP/PPAO e aplicado pelas Câmaras Municipais)

Código Fiscal Consolidado

- Mandatar a AT (e, eventualmente, uma comissão técnica de académicos) para produzir, no prazo de 2 anos, um Código Fiscal Consolidado, reunindo CIRS, CIRC, CIVA, CIS, CIMI, CIMT e EBF num único instrumento coerente;
- Eliminar redundâncias, contradições e disposições revogadas não expurgadas;
- Estipular um prazo de regularização da AT dos créditos.

Reforma da Justiça

Portugal vive prisioneiro de uma Justiça **lenta, cara** e muitas vezes **ineficaz**, que falha aos cidadãos no momento em que estes mais precisam de proteção. Os números não mentem.

Nos Tribunais Administrativos e Fiscais, um processo pode demorar 597 dias em primeira instância e mais de 1.200 dias em segunda instância, mais de três anos à espera de uma decisão de recurso. Há processos pendentes há **10, 15** e até **20 anos**. O valor estimado dos litígios fiscais por resolver ultrapassa os **12 mil milhões** de euros. É uma vergonha para um Estado de Direito que se quer moderno e europeu.

Enquanto isto, os nossos parceiros europeus tomam a dianteira. Em concreto, a Estónia resolve processos cíveis em 102 dias com um orçamento judicial de 42 euros por habitante, menos de metade do português. Da mesma forma, a Dinamarca, com apenas 24 tribunais para 5,9 milhões de habitantes, consegue tratar casos criminais em 64 dias. Na mesma linha em Itália, a mediação obrigatória desvia anualmente 150.000 a 200.000 litígios dos tribunais. Recentemente, Espanha promoveu a maior reforma judicial da sua história, convertendo 3800 julgados em 431 Tribunais de Instância com secções especializadas e impondo a tentativa obrigatória de meios adequados de resolução de litígios antes de qualquer ação. São exemplos de reformas concretas, com resultados mensuráveis, implementadas por países com tradições jurídicas próximas da portuguesa às quais devemos atentar.

A Juventude Popular defende que uma sociedade livre e dinâmica exige um sistema judicial capaz de resolver conflitos em tempo útil, garantindo a equidade das soluções e a segurança jurídica que o desenvolvimento do país reclama.

Assim, a reforma que propomos assenta em quatro princípios.

Em primeiro lugar, restaurar a confiança no Sistema de Justiça. A credibilidade da Justiça é o alicerce da paz social. Sem confiança nos tribunais, abrem-se portas à perniciosa justiça privada e à degradação das relações sociais.

Em segundo lugar, facilitar o **acesso ao Direito**. Defendemos que todos os cidadãos devem ter acesso efetivo aos meios necessários para fazer valer os seus direitos, independentemente da sua condição económica. O acesso à Justiça deve ser real e efetivo, não uma farsa burocrática ou um privilégio de quem pode pagar custas exorbitantes. Além disso, Portugal tem uma das remunerações de prestadores de apoio judiciário mais baixas da Europa. Isto não é apenas injusto, é disfuncional.

Em terceiro lugar, uma aposta clara e inequívoca na **celeridade e conciliação**. Propomos o reforço dos mecanismos de conciliação e mediação, dando mais peso à vontade das partes para resolver conflitos fora dos tribunais. No entanto, quando o recurso judicial é inevitável, a intervenção deve ser oportuna, célere e consequente. A Estratégia DigitalJustice@2030 da Comissão Europeia e as orientações da CEPEJ sobre inteligência artificial nos tribunais abrem caminhos que Portugal deve considerar.

E, por último, procurar dissuadir e **mitigar a litigância excessiva**. É necessário combater o uso abusivo do sistema judicial que entope os tribunais com expedientes dilatatórios. A Justiça deve servir para aplicar o Direito, não para premiar quem utiliza a lentidão processual como estratégia de fuga à responsabilidade. Mas a litigância excessiva não é apenas dos privados. O Estado é, em Portugal, o maior litigante, e, ao contrário da Dinamarca, onde a administração pública evita ao máximo ser condenada em tribunal, o Estado português não tem qualquer incentivo a resolver litígios extrajudicialmente.

Mas também existe uma visão para os casos sérios que necessitam de mais rigidez nas **punições**. A posição do CDS-PP pugna pela proteção da vida, pela segurança comum e pela liberdade individual, aliás a defesa destas é função nuclear e insubstituível do Estado. Por isso, mesmo, não se vislumbra contradição alguma quando defendemos política criminal que rejeite o populismo penal, o endurecimento de penas por “soundbyte”, mas que seja antes o alicerce de uma vida em segurança.

Portugal emerge, neste contexto, como um caso singular na Europa ocidental. O homicídio doloso qualificado, punível com 12 a 25 anos de prisão, prescreve em

apenas 15 anos. Nos crimes contra a autodeterminação sexual, o desajustamento é igualmente grave. Além do mais, a moldura penal do crime de violação no tipo base, 1 a 6 anos, permite, na prática, penas integralmente suspensas, num contexto em que o RASI de 2025 confirma que este crime atingiu o valor mais elevado da última década.

Medidas:

Mediação obrigatória pré-judicial para algumas tipologias cíveis.

- Adotar o modelo de sessão informativa obrigatória (com *possibilidade de recusa*) para condomínio, arrendamento, contratos bancários, seguros, responsabilidade médica, direitos reais, heranças, contratos de consumo, vizinhança e crédito ao consumo.

Processo-piloto na jurisdição cível

- Criar um mecanismo de seleção de "processo-testemunho" inspirado no art. 438 bis da LEC espanhola, permitindo suspender processos idênticos até decisão do caso-piloto, com extensão de efeitos.

Publicação integral, gratuita e obrigatória de toda a jurisprudência online

Estabelecer por lei a obrigatoriedade de publicação de decisões de todas as instâncias em base de dados pública, com anonimização automática por IA num prazo máximo de 30 dias após trânsito em julgado.

Consolidação do mapa judiciário com especialização

- Reduzir o número de comarcas mantendo pontos de acesso físico (balcões de proximidade), mas criando tribunais de escala mínima com secções especializadas internas (família, comércio, execuções, penal económico-financeiro).

Tribunal especializado em criminalidade económico-financeira e cibercrime.

- Criar secções especializadas promovendo que os juízes tenham formação adequada em contabilidade, fiscalidade e informática forense.

Transcrição automática por IA em todos os tribunais.

- Implementar um sistema do tipo estoniano, treinado de base em português jurídico, integrado no CITIUS..

Duplicar a capacidade dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 2.ª instância

- Operacionalizar o Tribunal Central Administrativo de Castelo Branco.
- Efetivar a contratação de assessores especializados para os TCA.
- Conceber uma task-force para priorizar e organizar pendências dos TCA, com objetivos claros, para reduzir o tempo médio de resolução de 1 200 dias para 400 dias em 4 anos.

Regime sancionatório para litigância temerária do Estado

- Criar um regime que penalize a Administração quando litiga de forma manifestamente infundada, incluindo obrigatoriedade de parecer prévio de compliance.

Acesso ao Direito

- Apoio judiciário decidido em 30 dias, com deferimento tácito, garantindo acesso efetivo à justiça.
- Revisão tabela de honorários dos prestadores de apoio judiciário, aumentando os pagamentos.
- Revisão da tabela de honorários dos peritos.

Incentivos fiscais à Resolução Alternativa de Litígios

- Dedução em IRS/IRC de 100% dos custos com mediação e arbitragem voluntária.

Julgados de paz em todo o território com limite de €30.000

- Elevar a competência em razão de valor de €15.000 para €30.000, estender cobertura a todos os municípios (de 70 para 308), e incluir litígios de família simples (regulação de responsabilidades parentais por acordo). O Financiamento deve ser partilhado pelo Estado e as autarquias, através de contratos de parceria.

Plataforma ODR para consumo e pequenos litígios até €5.000

Criar um sistema de resolução online de litígios integrado no CITIUS, com processo automatizado inspirado no modelo estónio de injunções semiautomáticas, similar à plataforma ODR da UE.

Formação contínua obrigatória para magistrados.

- Estabelecer mínimo anual de 40 horas de formação certificada, com conteúdos obrigatórios em IA, cibercrime, criminalidade económica e direito europeu, vinculando a Avaliação de desempenho à formação.

Prazos para inquéritos penais

- Converter os atuais prazos indicativos em prazos com consequências processuais reais, não a nulidade automática, mas obrigatoriedade de relatório ao juiz de instrução quando excedidos, com possibilidade de avocação pelo PGR.

Avaliação de desempenho dos tribunais com plataforma pública de monitorização

- Transformar a plataforma "Números da Justiça" num instrumento de gestão ativa: metas de taxa de resolução e tempo médio de resolução por tribunal, publicação trimestral, comparação com benchmarks CEPEJ, e consequências na alocação de recursos.

Revisão das custas processuais.

- As custas são frequentemente apontadas como barreira ao acesso à justiça. Propomos, por isso, a redução progressiva de custas para pessoas singulares em litígios até €50.000 e a isenção total para litígios de consumo até €5.000.

Extinção da fase de instrução criminal obrigatória em crimes de menor gravidade

- A instrução tornou-se, em muitos casos, uma repetição antecipada do julgamento e instrumento dilatatório. Assim, propomos que se elimine para crimes com pena até 5 anos, mantendo-a para crimes graves.

Comunicação eletrónica obrigatória total.

- Eliminar completamente a tramitação em papel para todos os intervenientes profissionais até 2028.

Compliance administrativa obrigatória para reduzir litigância do Estado

- Obrigar cada ministério (ou entidade Reguladora) a publicar relatório anual de litigância (número de processos, taxa de sucesso, custos), criar unidades de compliance jurídica em cada Direção-Geral, e estabelecer incentivos à resolução administrativa pré-judicial de conflitos com contribuintes e administrados.

Recurso de amparo constitucional

- Pensar um mecanismo de queixa constitucional direta para violações de direitos fundamentais, permitindo ao cidadão recorrer ao Tribunal Constitucional sem depender do filtro dos tribunais comuns.

Justiça Penal

- Equacionar o aumento das molduras penais dos crimes contra a autodeterminação sexual, designadamente a elevação do limite mínimo e máximo do tipo base do crime de violação e o alargamento significativo do prazo de prescrição destes crimes;
- Conceber a imprescritibilidade dos homicídios dolosos qualificados.

Revisão constitucional

A Constituição da República Portuguesa, ao completar meio século, não pode continuar a ser vista como um monumento estático a um período de exceção revolucionária. Para o CDS-PP, a Lei Fundamental é, acima de tudo, o **instrumento da Democracia**, um contrato social que deve servir a Pessoa Humana e não moldá-la a ideologias circunstanciais.

Diferente de meros atos administrativos ou legislativos, a Constituição define a alma de uma Nação. Por isso, a nossa primeira preocupação nesta revisão é a desideologização do texto constitucional. Portugal precisa de uma "casa-mãe" livre de amarras coletivistas. O CDS-PP combate o socialismo desde a sua fundação, não por mero taticismo político, mas por compreender que o **Homem é o início, o meio e o fim da sociedade**. Como afirmava o Professor Lucas Pires, ao princípio "era o Homem, o espírito e o barro". O Estado deve humanizar-se para servir o indivíduo; nunca o indivíduo deve estadualizar-se para servir o sistema.

A nossa proposta reafirma o primado ontológico da pessoa sobre o Estado. **Rejeitamos modelos totalitários e absorventes**. Defendemos que a dignidade da pessoa humana não é um presente dado pelo legislador, mas um valor pré-estatal que a Constituição deve apenas reconhecer e proteger.

O posicionamento do CDS-PP nesta revisão é herdeiro direto da coragem intelectual de Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa. Em 1976, o Centro Democrático Social foi o único partido a **votar contra o texto original**. Não o fez por populismo, mas por fidelidade aos princípios da **iniciativa privada**, da **economia de mercado** e das **liberdades individuais**, num momento em que a carga ideológica do PREC ameaçava erradicar a autonomia dos cidadãos.

As sucessivas revisões permitiram avanços, como a extinção do Conselho da Revolução em 1982, que o CDS-PP apoiou para garantir um sistema civilista e democrático. No entanto, persiste ainda hoje uma "Constituição Dirigente" que mistura normas jurídicas com diretrizes político-programáticas de esquerda. Esta

rigidez bloqueia reformas estruturais e perpetua um modelo de "Estado Providência" que se tornou um "Estado Obstáculo".

A nossa proposta de revisão é, portanto, um **ato de liberdade**: procuramos uma Constituição que seja um quadro **neutro, funcional e aberto**, permitindo que diferentes projetos políticos possam ser implementados sem o espartilho de uma ideologia oficial de Estado.

Um dos pilares desta reforma é o reforço do **Princípio da Subsidiariedade**. O Estado não deve substituir-se à iniciativa das pessoas, das famílias, das empresas e das comunidades intermédias. A sociedade civil tem primazia sobre o Estado porque é ela que conhece, vive e inova no dia a dia.

Propomos que o Estado assuma o seu papel de garante e não de protagonista absoluto. Isto reflete-se na nossa visão para o Estado Social: um sistema que **protege os mais desfavorecidos**, mas que **não anula a autonomia individual** nem a liberdade de escolha na educação, na saúde ou na proteção social. O Estado deve atuar apenas onde a iniciativa privada e social não chega, promovendo a descentralização e a responsabilidade social.

A análise histórica da nossa evolução político-constitucional demonstra que o CDS-PP foi sempre o impulsionador da democracia direta e da representação justa. **Fomos os primeiros a defender o referendo e o voto pleno dos emigrantes.**

A crise de confiança nas instituições exige hoje uma mudança de paradigma. A proposta de criação de círculos uninominais, articulada com um Círculo Nacional de Compensação, visa resolver o dilema da "democracia dos domingos". Queremos que o eleitor conheça o seu eleito e que nenhum voto seja desperdiçado no cálculo da representação parlamentar.

Ao propormos o fim do monopólio partidário e a abertura a listas de cidadãos independentes, estamos a honrar a nossa matriz de democracia personalizada. A política existe para servir o Homem, e o sistema eleitoral deve refletir essa verdade, permitindo uma participação mais fluida e direta na vida da Nação.

Finalmente, a Autonomia veio a revelar-se uma das inovações mais profundas e bem sucedidas da estrutura do Estado Democrático. A Constituição da República Portuguesa estipula que “o regime político-administrativo próprio dos **arquipélagos dos Açores e da Madeira** fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares”.

A consagração das Autonomias na Lei Fundamental de 1976, faz agora 50 anos, foi o resultado de uma luta de séculos dos povos insulares e a sua concretização, com a criação de órgãos de Governo Próprio, permitiu aos madeirenses e aos açorianos assumirem os seus destinos, nas últimas três décadas.

A Autonomia possibilitou um **novo desenvolvimento económico e social** e a valorização das Ilhas no quadro da Nação Portuguesa. Pese embora todos os resultados positivos alcançados e dos aperfeiçoamentos do sistema autonómico nas sucessivas revisões constitucionais, subsistem, ainda, pontos de conflito que alimentam, periodicamente, o chamado “contencioso das Autonomias”. A revisão constitucional de 2004, cingida ao capítulo das Autonomias, foi encarada como uma oportunidade para ampliar os poderes legislativos das Regiões. Assim, pôs-se fim aos conceitos de «interesse específico» e de “lei geral da República” e introduziu-se a ideia da competência legislativa de “âmbito regional”. A intenção do legislador foi alargar os poderes dos Parlamentos Insulares estipulando que “A autonomia legislativa das regiões autónomas incide sobre as matérias enunciadas no respectivo estatuto político-administrativo que não estejam reservadas aos órgãos de soberania” (n.º 1 do artigo 228º da C.R.P.).

A verdade é que o “legislar no âmbito regional em matérias enunciadas no respectivo estatuto político-administrativo e que não estejam reservadas aos órgãos de soberania” (alínea a) do n.º 1 do artigo 227º da C.R.P.) veio a revelar-se na prática limitador da capacidade legislativa das Regiões em virtude da jurisprudência restritiva que sobre a matéria foi produzida pelos órgãos de soberania e, em particular pelo Tribunal Constitucional. O objectivo de aumentar a competência legislativa regional não foi cumprido, em parte, porque não se procedeu, de forma clara, na Constituição e nos Estatutos, a uma repartição de poderes entre o Estado e as Regiões Autónomas.

Neutralidade Ideológica

A presente revisão assume como imperativo ético a **depuração ideológica** do texto constitucional. Quarenta anos após a estabilização democrática, a Lei Fundamental portuguesa ainda padece de um "pecado original": um pendor programático coletivista que condiciona a soberania popular. Para o CDS-PP, a Constituição não deve ser um roteiro para uma sociedade socialista, mas sim um **quadro neutro que proteja o pluralismo**. Esta secção detalha a remoção de anacronismos revolucionários (como o preâmbulo ideologizado e termos de matriz marxista nas relações internacionais), substituindo-os por uma visão de Estado de Direito Neutro. O objetivo é garantir que nenhuma maioria conjuntural possa usar a Constituição como arma de arremesso contra a iniciativa privada ou contra a liberdade de autodeterminação política dos cidadãos.

O Fim do Socialista

- A proposta exige a remoção da expressão "**abrir caminho para uma sociedade socialista**" no preâmbulo. A justificativa é clara: não é aceitável impor aos cidadãos uma "orientação programática única". A CRP deve ser ideologicamente neutra, permitindo que o povo escolha o seu rumo sem constrangimentos coletivistas.

Desmantelamento da Reforma Agrária

- Eliminação dos Artigos 94.º e 95.º para enterrar a visão coletivista da propriedade rural. Estes artigos são vistos como "ultrapassagem histórica", devendo ser substituídos pela lógica de mercado e competitividade.

Matriz Antropológica

A Constituição de 1976 nasceu sob o signo do PREC e de um pendor estatocêntrico que, passados 50 anos, se revela como uma amarra ao desenvolvimento individual. A necessidade desta revisão prende-se com a urgência de realizar um exercício "pré-constitucional": o Estado não é o criador de

direitos, mas o seu garante. Como defendia Lucas Pires, a questão não é "qual deve ser o Estado", mas "que Homem queremos realizar". Portugal carece de uma Lei Fundamental que reconheça o indivíduo como um **ser dotado de dignidade pré-estatal**. Expurgar o conteúdo socialista não é revanchismo, mas um imperativo de neutralidade axiológica, garantindo que o Estado serve a Pessoa e não o contrário.

Inviolabilidade da Vida

- Consagração da vida humana desde a concepção até à morte natural, eliminando zonas cinzentas e afirmando o princípio da dignidade humana em todos os seus eixos.

Desideologização do Texto

- Remoção de normas programáticas de matriz coletivista, transformando a Constituição num quadro jurídico neutro e aberto, compatível com uma economia de mercado pluralista.

Constitucionalismo Digital

- Instituição de direitos de quarta geração, como a identidade genética e o direito ao esquecimento, protegendo o indivíduo contra a onipotência dos dados e algoritmos.

Subsidiariedade, Responsabilidade e Economia de Mercado

Esta secção propõe uma rutura com o modelo de "Estado-Providência Paternalista" em favor de uma "Sociedade de Responsabilidade". Especificamente, as alterações aqui propostas visam substituir a visão de subordinação do poder económico ao político por uma lógica de **complementaridade e regulação mínima**. Ao eliminar os resquícios da reforma agrária e ao introduzir o mérito no acesso ao ensino e na função pública, esta proposta devolve o protagonismo à Sociedade Civil. O foco deixa de ser a prestação estatal universal e burocrática para passar a ser a eficácia da resposta social, onde o Estado só intervém onde a iniciativa privada e as

comunidades locais não chegam, promovendo a autonomia e o esforço individual como motores do desenvolvimento nacional.

Prevalência Democrática sobre a Economia

- A alteração no Artigo 80.º propõe trocar "subordinação" do poder económico por "prevalência da legitimidade democrática". Queremos evitar a conotação de "controlo direto" ou "domínio" do Estado sobre a economia, preferindo uma formulação que respeite a liberdade económica dentro das regras democráticas.

Corresponsabilidade na Saúde e Ambiente

- No Artigo 64.º, o direito à saúde passa a incluir o dever individual de a defender e promover. No Artigo 66.º, o direito ao ambiente é acompanhado pelo dever de o valorizar. Isto reflete a visão do CDS-PP de que não há direitos sem deveres e que o cidadão não é um mero recetor de serviços estatais.

Mérito e Esforço no Ensino

- Para o Artigo 76.º (Ensino Superior) propomos introduz expressamente a valorização do mérito, da capacidade e do esforço. É a rejeição de um igualitarismo cego em favor de uma equidade que reconhece o trabalho individual.

O Novo Ciclo das Autonomias

Importa que a próxima revisão da Constituição se clarifique os poderes legislativos das Regiões Autónomas e a sua articulação com as matérias reservadas aos órgãos de soberania por forma a evitar a permanente conflitualidade em torno desta questão e a atingir os objectivos pretendidos com a revisão de 2004 de alargar as competências da Madeira e dos Açores. Importa apresentar soluções para uma nova arquitectura do sistema autonómico que permita, por um lado, **aprofundar as competências legislativas** dos Parlamentos Regionais e tentar suprimir focos de conflito entre as Regiões e o Estado, bem como introduzir mecanismos para um melhor funcionamento dos Direitos

Democráticos no sistema autonómico. Estes 50 anos evidenciaram também uma certa desresponsabilização do Estado na cobertura dos custos de soberania e de insularidade e um desinvestimento em áreas e serviços da jurisdição da República nos Açores e na Madeira.

É neste quadro que importa iniciar um novo ciclo nas Autonomias, reforçando a solidariedade e a coesão nacional.

Assim, propõe-se 10 grandes alterações:

1. Rever a Constituição com o alargamento dos poderes legislativos das Regiões e com a extinção do cargo de Representante da República, passando as competências de regulação do sistema legislativo regional para o Presidente da República.
2. Aprovar novos Estatutos Políticos-Administrativos como Leis de valor reforçado, para constitucionais.
3. Introduzir nas Leis Eleitorais dos Parlamentos Regionais a possibilidade dos açorianos e madeirenses residentes fora dos Arquipélagos votarem e serem eleitos para as Assembleias Legislativas.
4. Rever a Lei de Finanças das Regiões, promovendo mais solidariedade nacional e possibilitando a criação de sistemas fiscais próprios nas Regiões.
5. Promover investimentos nas infraestruturas portuárias e aeroportuárias dos Arquipélagos, garantindo as ligações por via aérea e por via marítima, viabilizando a mobilidade de pessoas, bens, o turismo e o desenvolvimento das economias regionais.
6. Assegurar a mobilidade aérea e marítima aos residentes das ilhas, sem limitações nem burocracias, a preços acessíveis, num mercado concorrencial.
7. Comparticipar custos com a Educação e a Saúde nas Regiões Autónomas, como tarefas fundamentais do Estado, inscritas na Constituição para todos os portugueses.
8. Gerir os mares das Zonas Económicas Exclusivas dos Açores e da Madeira de forma partilhada entre o Estado e as Regiões Autónomas.
9. Garantir que todos os custos com a vigilância e fiscalização do território, nomeadamente as reservas naturais, bem como os respetivos meios navais e aéreos, matéria de soberania nacional, são assumidos pela República.

10. Negociar com a União Europeia um quadro financeiro 2028–2034 que dê continuidade aos programas operacionais dos Açores e da Madeira, assegurando o princípio da subsidiariedade, a política de coesão, a continuidade do POSEI, produção e abastecimento, a implementação do POSEI transportes, e todos os instrumentos previstos no artigo 345º do tratado europeu.

O Projeto de Revisão Constitucional preconizado, assume, conscientemente, que as modificações a introduzir no regime autonómico afectam, também, os poderes e a própria estrutura organizativa dos órgãos do Estado.

Quanto aos poderes legislativos propõe-se uma repartição clara das competências dos órgãos de soberania e das Regiões Autónomas estipulando-se que às Assembleias Legislativas está apenas **vedado o poder de legislar** sobre matérias que façam parte da reserva absoluta da Assembleia da República e da competência exclusiva do Governo da República e, ainda, outras que fiquem plasmadas na Lei Fundamental. Introduce-se, também, o conceito de Lei Regional em substituição do Decreto Legislativo. Em matéria financeira prevê-se que o relacionamento entre o Estado e as Regiões seja estabelecido por uma Lei quadro mas obedecendo aos princípios insertos nos Estatutos Político-administrativos. Finalmente, consagra-se que a iniciativa de revisão dos Estatutos é da competência dos Deputados das Assembleias Legislativas, e que a Assembleia da República só poderá rever as normas sobre as quais incide a proposta original das Assembleias Insulares.

Abre-se a possibilidade de os madeirenses e açorianos residentes no território nacional e no estrangeiro virem a votar e a serem eleitos nas eleições para as Assembleias Legislativas nos termos a fixar pelas respectivas leis eleitorais.

Fixa-se, ainda, que o Estatuto dos titulares de cargos políticos nacionais (Deputados e membros do Governo) quanto a direitos, deveres, impedimentos e incompatibilidades é aplicável aos Deputados das Assembleias Legislativas e aos membros dos Governos Regionais, com as necessárias adaptações a definir nos Estatutos Político-administrativos.

Admitindo que em matéria constitucional as soluções são as mais variadas e que não há medidas perfeitas e definitivas, importa, por isso, reflectir,

ponderadamente, sobre todas as propostas de alteração ao regime autonómico atual e, tentar chegar a um sistema que possibilite esbater as conflitualidades existentes e abrir caminho à evolução das Autonomias num quadro de unidade nacional e de reforço dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Meio Século após a sua criação, a Autonomia precisa de um novo ciclo que permita a açorianos e madeirenses serem senhores dos seus próprios destinos, com leis e opções próprias, no respeito pelo direito à diferença, respondendo à sua realidade insular e ultraperiférica, e sempre com o objetivo de construir Portugal no Atlântico.

Este é o nosso compromisso com as Autonomias e com Portugal.

Identidade Nacional

Esta secção aborda a necessidade de proteger o património intangível de Portugal: a sua Língua, a sua Cultura e a sua continuidade histórica. Do ponto de vista institucional, propõe-se uma reforma que blinde os órgãos de soberania, com destaque para o Tribunal Constitucional, contra a "captura partidária". Adicionalmente, expande-se o conceito de Defesa Nacional para o Ciberespaço e Segurança Energética, reconhecendo que, no século XXI, a liberdade de uma nação se joga tanto no domínio digital e na resiliência das suas infraestruturas críticas quanto na diplomacia tradicional.

Identidade como Imperativo de Cidadania

- A introdução do direito e dever de conhecer a língua e cultura portuguesa (Art. 4.º) não é vista como opcional, mas como um "imperativo de cidadania ativa" para preservar a identidade nacional. O povo é definido por laços intangíveis como a tradição e o "espírito comum".

Reforma do Tribunal Constitucional

- Esta é uma alteração estrutural profunda. Propomos que os 13 juízes do TC não sejam maioritariamente eleitos pelo Parlamento. O poder de designação seria dividido:
 - 6 eleitos pela AR (sob indicação do Governo).

- 2 indicados pelo Presidente da República.
- 1 pelo Supremo Tribunal de Justiça e 1 pelo Supremo Tribunal Administrativo.
- 3 cooptados (Esta "legitimação plural" visa reduzir a partidarização do Tribunal e aumentar a perceção de imparcialidade).

Soberania Tecnológica e Ciberdefesa

- No Título da Defesa Nacional, a proposta moderniza o conceito de soberania para incluir as dimensões híbrida, digital, cibernética e energética. Para a JP, a proteção de dados estratégicos e a autonomia tecnológica são hoje tão vitais para a independência nacional quanto a defesa das fronteiras físicas.

Sistema Eleitoral e Político

Assistimos a um divórcio crescente entre os eleitos e os eleitores, fruto de um sistema de círculos fechados que privilegia a partidocracia em detrimento da representação personalizada. A história do CDS, marcada pela defesa pioneira do referendo, exige agora um passo seguinte: a quebra do monopólio partidário e a democratização do sufrágio. É urgente dotar o sistema de mecanismos que confirmam legitimidade real e não apenas formal aos mandatos, permitindo que a "Soberania Popular" se exerça para além do ato ritual do voto de quatro em quatro anos.

As proposta de alteração são em 3 grandes e importantes áreas :

Círculos uninominais e Círculo Nacional de Compensação

- Implementação de um sistema misto onde a maioria dos deputados é eleita em círculos uninominais (proximidade), sendo a proporcionalidade global assegurada por um Círculo Nacional de Compensação, recuperando os votos que hoje não elegem ninguém nos círculos menores.

Candidaturas de Cidadãos

- Abertura da possibilidade de grupos de cidadãos independentes apresentarem listas à Assembleia da República, quebrando a barreira da "partidocracia".

Voto Pleno na Diáspora

- Garantia de voto por via postal para as Presidenciais, tratando os emigrantes como cidadãos de pleno direito.

TEMPO DE INICIATIVA POLÍTICA

Justiça Social

Sermos os guardiões da proximidade significa que recusamos a política dos gabinetes distantes e frios. A nossa política faz-se com o **pé no terreno, ouvindo** o agricultor que resiste no interior, o pequeno empresário que sustenta a economia local e a **família** que luta para chegar ao fim do mês. Ser o partido da proximidade é garantir que a voz de **quem vive longe dos centros** de poder é ouvida com a mesma nitidez aqui e no Parlamento.

Mas a proximidade, sem ética, é vazia. Por isso, somos também os zeladores da Justiça Social. Uma justiça que não se confunde com o assistencialismo que aprisiona, mas que se afirma no Humanismo que liberta.

Justiça social é garantir que a **doença não é uma sentença** de pobreza; é assegurar que **o mérito não tem geografia** e que **o talento de um jovem no interior vale tanto como o de um jovem no litoral**; é honrar quem trabalhou uma vida inteira com uma **velhice digna e protegida**.

- Garantir que o esforço compensa através da isenção total de impostos em horas extraordinárias (até meio salário), devolvendo rendimento a quem mais produz.
- Implementação do Vale Dentista e a criação do Psicólogo de Família, garantindo que cuidados básicos de saúde não são um luxo de classe.
- Promover programas de habitação intergeracional, em articulação com autarquias e instituições sociais, como complemento a uma estratégia mais ampla de combate ao isolamento dos idosos.
- Criação de um programa de incentivo às autarquias para a eliminação de barreiras arquitetónicas no espaço público, promovendo a adaptação de edifícios, passeios, transportes e equipamentos urbanos às necessidades das pessoas com deficiência. Este programa deverá assentar em financiamento dedicado e critérios de execução exigentes, garantindo acessibilidade efetiva e não meramente formal.

Habitação e Urbanismo

A habitação é o **pilar da estabilidade** e o marco da independência de qualquer cidadão. Portugal enfrenta uma crise de oferta que não se resolve com ideologia, mas com **liberdade construtiva** e **simplificação administrativa**. Defendemos um modelo que retire o Estado do papel de obstáculo e o coloque no papel de impulsionador do potencial urbanístico.

- Promover uma utilização mais eficiente do solo urbano, privilegiando a reabilitação, a densificação equilibrada e a qualificação do edificado existente, garantindo sempre a preservação da qualidade de vida, da escala urbana e da identidade das cidades;
- Promover incentivos à substituição de edifícios desatualizados e sem valor cultural ou histórico relevante, mesmo que esses sejam do Estado;
- Criar um regime próprio e simplificado para a habitação a custos acessíveis, com requisitos técnicos adaptados.
- Estabelecer PPPs para a gestão e requalificação do património público devoluto, com contratos de longa duração que garantam manutenção e qualidade.
- Criar alojamentos com rendas acessíveis para profissionais do Estado (polícias, professores, médicos) deslocados, preferencialmente geridos pelas autarquias.

Na Habitação modular:

- Criar um sistema de licenciamento com interlocutor único, eliminando a dispersão de pareceres por múltiplas entidades.
- Promover o estudo e a implementação gradual de soluções tecnológicas, incluindo o recurso a inteligência artificial, para apoiar a análise de processos de licenciamento urbanístico, à semelhança de experiências internacionais, com o objetivo de acelerar decisões, reduzir erros e aumentar a previsibilidade, sem prejuízo do controlo humano e da responsabilidade técnica.

Segurança e Imigração

Sem Segurança não há Liberdade. Num contexto internacional de crescente incerteza, é dever do Estado assegurar que as ferramentas de autoridade são eficazes e que a Justiça é célere e acessível a todos, sem exceção. A segurança não é um custo, é o investimento básico na paz social que permite o desenvolvimento económico.

- Valorização salarial imediata da carreira de agente (PSP) e militar (GNR), com entrega gratuita de todo o equipamento indispensável e fardamento.
- Implementação obrigatória de *bodycams* para toda a força policial, protegendo tanto o agente como o cidadão e aumentando a confiança nas abordagens.
- Acelerar a rede de videoproteção nos grandes centros urbanos e zonas de criminalidade elevada garantindo critérios de proporcionalidade, transparência na utilização dos sistemas e salvaguarda efetiva da privacidade dos cidadãos.
- Lançamento do Voucher Justiça para casos quotidianos, eliminando as barreiras financeiras que impedem os cidadãos de defenderem os seus direitos. Que se prende com a disponibilidade financeira que o Estado já ia ter com o processo mas a ser escolhido e trabalho pelo representante escolhido pelo cidadão.

Imigração e Soberania:

- Fiscalização rigorosa de "negócios de fachada" que promovem a exploração humana em zonas críticas do país.
- Criação de quotas migratórias baseadas nas necessidades reais do mercado de trabalho e na capacidade de integração do país.

A Família como Pilar Fundamental

A família é o elemento natural da sociedade e deve ser protegida pelo Estado em todas as suas dimensões.

- Isenção de IRS para o progenitor com maior rendimento a partir do 3.º filho.
- Aumento da licença de maternidade para 7 meses e possibilidade de transferência de 40% dos dias de licença entre pais.
- Implementação do cheque-creche para todas as famílias sem vaga na rede pública, recorrendo ao setor privado e social.
- Isenção de IVA e IRS para senhorios que arrendem a jovens e disponibilização de património público devoluto para venda a preços controlados.
- Criar um regime específico que reconheça o tempo dedicado ao cuidado de dependentes como tempo relevante para efeitos de reforma, permitindo a antecipação da idade de acesso ou a bonificação da carreira contributiva, mediante critérios claros de elegibilidade e registo.

Administração Pública

Defendemos que o Orçamento do Estado deve servir os portugueses, e não o contrário. A política orçamental deve basear-se na contenção rigorosa e na eficácia da despesa, pois acreditamos que qualquer proposta política que não se reja pela responsabilidade degrada a confiança nas instituições.

- A redução da despesa pública só é possível retirando o Estado de funções que não lhe competem, garantindo que este atue como um impulsionador do potencial humano em vez de representar um obstáculo burocrático.

- A disciplina orçamental é o meio necessário para baixar impostos, como o IRC e o IRS, permitindo que o capital circule na economia real e gere emprego.
- Exigimos uma gestão rigorosa dos recursos públicos e a apresentação da Conta Geral do Estado em formato claro e acessível, permitindo que qualquer cidadão compreenda como são aplicados os seus impostos.
- Promover a implementação gradual de soluções digitais suportadas por inteligência artificial, começando por projetos-piloto devidamente avaliados, com o objetivo de simplificar processos administrativos, reduzir custos e melhorar o serviço ao cidadão.
- Transferência efetiva de poder de decisão e implementação para as Autarquias e Comunidades Intermunicipais (CIM), retirando o peso à decisão central e garantindo que o Estado atue apenas como impulsionador e não como obstáculo.
- Instituir um sistema de gestão de serviços que coincida obrigatoriamente com a sua base territorial, assegurando que a proximidade física se traduz em eficácia administrativa e melhor atendimento ao cidadão.

Coesão Territorial

Propomos um modelo de coesão territorial que una verdadeiramente o país, assente num profundo sentido de patriotismo onde todos os cidadãos são tratados com igual dignidade, independentemente da sua geografia. A política deve acompanhar os diferentes ciclos de vida e garantir que as oportunidades são potenciadas tanto nos grandes centros como no interior e nas ilhas.

- Rever o modelo do Subsídio Social de Mobilidade, garantindo que quem vive nos Açores e na Madeira pode viajar dentro do seu próprio país com o mínimo de burocracia necessária, alargando este apoio também aos estudantes do continente que estudem nas Regiões Autónomas.
- Reconhecer o desenvolvimento de uma rede ferroviária nacional como um eixo estratégico essencial para o crescimento económico, a coesão territorial e a mobilidade sustentável, reforçando o investimento público e a sua execução de forma consistente e continuada.

- Desenvolver um plano de reabertura e requalificação de estações e apeadeiros ferroviários, com prioridade às regiões do interior, como forma de reforçar a mobilidade e combater o isolamento territorial.
- Implementação de um modelo que dê poder real de decisão às comunidades e alargue a capacidade de decisão dos municípios, abandonando o modelo de organismos desconcentrados que funcionam como veículos de entropia e centralismo disfarçado, bem como lógicas de regionalização que aumentam as desigualdades territoriais e o excesso de burocracia administrativa.
- Combate à dispersão de recursos em associações redundantes (onde municípios pertencem a múltiplos organismos além das CIMs), focando o financiamento na eficiência e na preservação da identidade territorial das regiões em vez da "procura artilosa de fundos".
- Promoção de políticas que valorizem o legado cultural e as tradições locais, garantindo que o desenvolvimento regional respeita as raízes históricas de cada comunidade em vez de as diluir em estruturas burocráticas genéricas.

Saúde

Propomos um sistema social moderno onde o Estado garante o acesso e a qualidade, mas abdica do monopólio da prestação. Colocamos o acesso para as famílias e o bem-estar dos doentes acima de qualquer dogma ideológico, respondendo à degradação atual dos serviços públicos e à emigração de profissionais qualificados.

- Apostar na recuperação de parcerias com o setor privado e social para melhorar a gestão hospitalar e reduzir drasticamente as listas de espera, garantindo que o SNS funciona como um suporte eficaz.
- Implementar impostos sobre produtos nocivos (excesso de sal e açúcar), orientando as receitas para o financiamento da saúde pública e a promoção de estilos de vida saudáveis.

- Introduzir a obrigatoriedade de rotulagem clara e destacada para produtos com elevados níveis de açúcar, sal ou outros componentes prejudiciais à saúde, com avisos visuais simples e facilmente identificáveis, baseados em critérios técnicos definidos pelas autoridades de saúde, permitindo ao consumidor reconhecer de forma imediata os riscos associados ao consumo excessivo.
- Criar a figura do Psicólogo de Família e implementar Gabinetes de Apoio Mental em coordenação com as unidades de saúde locais, combatendo o estigma e facilitando o acesso através de teleconsultas.
- Garantir a criação de uma carreira pública de Médico Dentista no SNS e o uso de vales dentista no setor privado ou social sempre que o Estado não consiga dar resposta nos prazos adequados.

Agricultura

Propomos uma política agrícola que devolva a dignidade a quem trabalha a terra e que garanta a sustentabilidade alimentar de Portugal. O agricultor é o verdadeiro guardião do território e do mundo rural; é quem trava a desertificação e quem melhor conhece a gestão dos recursos naturais. Defendemos que o Estado deve ser um parceiro de quem produz, eliminando a asfixia burocrática e criando condições reais de rentabilidade e renovação geracional.

A sobrevivência do setor primário depende da nossa capacidade de atrair sangue novo e fixar populações.

- Criação de um fundo robusto (Fundo Nacional de Instalação Agrícola Jovem) destinado à instalação de jovens agricultores, combinando subsídios e empréstimos a juro reduzido para a aquisição de terrenos e maquinaria moderna, privilegiando projetos com viabilidade económica e capacidade de gerar rendimento sustentável.
- Dinamizar o acesso a terrenos públicos e privados a preços acessíveis para novos projetos agrícolas, garantindo condições de exploração economicamente viáveis e promovendo a valorização produtiva de áreas atualmente ao abandono (Banco de Terras Agrícolas).

- Implementar programas remunerados onde jovens alunos de cursos agrícolas possam trabalhar com agricultores experientes, assegurando a continuidade do conhecimento prático.
- Incentivar modelos de cooperação e associação entre produtores para ganho de escala e competitividade.
- Promover práticas agrícolas sustentáveis e orientadas para a realidade climática de cada região, incentivando a produção de culturas tradicionais e desincentivando modelos intensivos desajustados que pressionam os recursos naturais e fragilizam o equilíbrio do território.

TEMPO DE DECIDIR O PARTIDO

As eleições legislativas de 2022 culminaram no pior resultado da história do CDS-PP e no seu afastamento da Assembleia da República. A atual direção foi eleita nesse contexto e teve o **mérito político** de, com os seus dirigentes, mas também com as bases do partido e a JP, **demonstrar que o CDS-PP continuava a ser determinante para a construção de uma solução de Governo de centro-direita em Portugal**, devolvendo-o à grande casa da democracia portuguesa. Esse mérito existe, é indiscutível e ninguém de boa-fé o nega, assim como o mérito na recuperação financeira do partido e na estabilidade que hoje demonstra.

Contudo, a entrada no Governo, que deveria ter constituído uma oportunidade de afirmação política e de revitalização interna, coincidiu com um progressivo esvaziamento da presença partidária. O CDS-PP tornou-se politicamente menos reconhecível, excessivamente diluído no interior da coligação e, em muitos momentos, incapaz de afirmar uma voz própria junto do eleitorado. Ao mesmo tempo, foi-se acentuando um afastamento da militância que dificilmente encontra paralelo recente. Num momento em que o partido mais precisava de mobilizar os seus, revelou dificuldades em promover momentos de participação, escuta e encontro político estruturado.

A este propósito, a ausência de uma **agenda partidária estruturada** tornou-se particularmente evidente. Ao longo do último mandato, foram escassos os momentos de mobilização nacional, limitados os **fóruns de debate político** e insuficientes as oportunidades criadas para que militantes, dirigentes, autarcas e estruturas locais participassem ativamente na reflexão sobre o rumo do partido.

A escassez de momentos políticos relevantes ao longo deste período revela uma menor atenção à dimensão mobilizadora da vida partidária.

Ora, um partido como o CDS-PP não se preserva por inércia institucional nem por presença governativa. Preserva-se quando **mobiliza os seus**, quando **convoca pensamento**, quando cria **espaço interno para contraditório** e quando mantém viva a ideia de **comunidade política**.

Também os órgãos internos refletem este desafio. O Conselho Nacional, órgão central da vida política do partido, apresenta hoje níveis de participação reduzidos e um debate frequentemente limitado. Seria injusto atribuir essa

realidade exclusivamente aos Conselheiros, sendo antes o reflexo de uma evolução no funcionamento interno que foi reduzindo a centralidade do órgão, tornando necessário reequilibrar o seu papel na vida política do partido, em linha com a tradição interna do CDS-PP.

Um exemplo particularmente ilustrativo foi a condução do processo relativo às eleições presidenciais. A opção de apoio a um candidato externo levantou questões quanto à sua oportunidade política, não apenas pelo perfil do candidato, mas sobretudo pelo contexto em que foi tomada e pelas implicações estratégicas que dela decorreram para o partido.

Num momento em que o CDS-PP necessitava de **ganhar visibilidade, afirmar autonomia e testar a sua capacidade de mobilização nacional**, não se concretizou a construção de uma solução própria nem a preparação estruturada de uma alternativa caso o cenário inicialmente equacionado não se viesse a verificar. Essa ausência de preparação limitou a margem de atuação do partido num dos momentos políticos mais relevantes do calendário nacional.

Mesmo reconhecendo a complexidade de uma decisão desta natureza, havia uma evidência política difícil de ignorar: um candidato exclusivamente apoiado pelo CDS-PP garantiria presença em todos os debates eleitorais, reforçaria a centralidade mediática do partido e permitiria uma demonstração pública de vitalidade política, com impacto direto na sua capacidade de afirmação junto do eleitorado.

Não ter preparado essa possibilidade representou, assim, a perda de um instrumento particularmente relevante de afirmação política, sem que daí tenha resultado uma compensação política evidente.

Acresce que a forma como o processo foi conduzido não contribuiu para reforçar a autoridade política do partido. A clarificação pública da posição do CDS-PP surgiu já numa fase avançada do debate, num momento em que o tema se encontrava amplamente consolidado no espaço mediático e político.

Também o processo de decisão suscita reflexão. Uma decisão desta relevância não deve deixar no partido a perceção de informalidade, nem levantar dúvidas quanto à sua densidade política. Há **decisões** que, mais do que certas ou erradas, exigem ser **claramente assumidas e sustentadas**, sendo desejável que

tenham expressão nos órgãos próprios do partido, designadamente no Conselho Nacional.

Esta dificuldade em afirmar identidade não se revela apenas no plano simbólico ou comunicacional. Revela-se também em matérias concretas, em decisões políticas onde o CDS-PP aceitou afastar-se de posições que historicamente sempre defendeu. A **reposição de freguesias**, por exemplo, contrariou uma visão reformista do Estado que o CDS-PP sempre valorizou. A **rejeição do alargamento da licença parental** afastou-nos de uma tradição ligada à valorização da família. E, no plano das regiões autónomas, a posição assumida relativamente ao **Subsídio Social de Mobilidade**.

Importa reconhecer que, em alguns destes casos, poderiam existir fundamentos políticos atendíveis para as posições assumidas. Contudo, não foi devidamente acautelada a necessidade de as enquadrar e explicar de forma clara, prevenindo riscos de dano reputacional. Essa ausência de clarificação contribuiu para a criação de uma perceção de afastamento face a princípios que historicamente definiram a identidade do CDS-PP

Ainda no plano interno, constata-se uma dificuldade crescente em preservar uma das marcas históricas do partido: o seu **estatuto de partido de quadros**. Ao longo de décadas, o CDS-PP distinguiu-se pela capacidade de **formar, projetar e renovar** dirigentes com sólida preparação política e reconhecida qualidade técnica. Hoje, essa marca parece dar lugar a maiores dificuldades na renovação de rostos, na valorização de novas gerações e na afirmação de novas vozes no espaço público.

A atividade dos principais órgãos nacionais levanta também questões que importa considerar. Ao longo dos últimos dois anos, a **Comissão Política Nacional** teve uma intervenção política limitada, com reduzida visibilidade pública das decisões tomadas e do debate que lhe está associado.

Neste contexto, torna-se evidente que a recente alteração estatutária revelou algumas limitações: existem hoje órgãos excessivamente dimensionados face à realidade do partido, pouco ágeis no seu funcionamento e com dificuldade em gerar mobilização interna.

Não deixa de ser sintomático que a comunicação política do partido permaneça excessivamente assente em fórmulas como “o CDS faz falta a Portugal”, “o CDS é

um partido de corpo inteiro” ou “o CDS vale por si”. Estas expressões tiveram um sentido claro num período em que o partido procurava recuperar a sua presença e relevância após a saída da Assembleia da República.

Contudo, no contexto atual, tornaram-se insuficientes e, em alguns casos, desajustadas. Um partido que está vivo e que vale por si não pode depender da repetição dessas ideias: a sua ação política deve ser, por si só, a demonstração evidente dessa vitalidade.

A **comunicação partidária** exige hoje maior **densidade**, maior **clareza** e maior **capacidade de diferenciação**, sob pena de se tornar repetitiva, pouco mobilizadora e incapaz de responder a um contexto político cada vez mais competitivo.

Mais ainda, a comunicação digital do CDS-PP constitui hoje uma área que necessita de uma reforma profunda. Essa transformação exige o reconhecimento da centralidade que a comunicação digital assume na atividade política contemporânea.

O partido deve, por isso, alocar a esta área **recursos humanos** e **financeiros** proporcionais à sua importância estratégica, permitindo a construção de uma abordagem estruturada, com visão de médio e longo prazo. Isso implica não apenas melhorar a presença atual, mas também desenvolver **planos de prevenção de risco** comunicacional, **reforçar a capacidade de resposta** em momentos críticos e **explorar novas formas** de comunicação que permitam chegar a públicos mais amplos e diversificados.

Passados dois anos de presença governativa, importa reconhecer uma realidade politicamente exigente: o CDS-PP deve criar as condições para que a pergunta “conseguiu o CDS-PP manter-se na Assembleia da República, se concorresse sozinho?” deixe de fazer sentido no debate político. Sempre que essa dúvida subsiste, é inevitavelmente explorada pelos adversários como instrumento de desvalorização política, não podendo o partido permitir que tal continue a acontecer.

Cabe, por isso, ao CDS-PP reforçar a sua identidade, a sua presença e a sua capacidade de mobilização, de forma a ultrapassar definitivamente essa perceção. Esse trabalho é essencial para devolver à **militância** a **confiança** e o

orgulho que sempre caracterizaram o partido, garantindo que nunca mais se sinta fragilizada perante este tipo de questionamento.

As nossas gentes, a nossa militância, base do partido, precisam de mais: mais **presença**, mais **convicção**, mais **combate político**. Precisam, no fundo, de mais CDS-PP, em todas as dimensões da sua ação.

Não basta estar no Governo. É preciso que o país perceba por que razão o CDS lá está, o que acrescenta, o que impede, o que corrige e o que propõe de diferente. Sempre que isso não é visível, o partido corre o risco de ser politicamente tolerado, mas não verdadeiramente reconhecido.

Nesse sentido, **o CDS-PP deve assumir com clareza o objetivo de se preparar para concorrer autonomamente a eleições legislativas**. A participação no Governo não impede esse caminho. Pelo contrário, pode constituir uma oportunidade para o fazer com maior estabilidade, permitindo consolidar a sua identidade, reforçar a sua organização e afirmar um projeto político próprio.

Um partido como o CDS-PP afirma-se pela clareza das suas opções e pela coragem de as concretizar, mesmo quando isso exige autonomia e risco político.

O CDS-PP no Governo: A Âncora Moral

A nossa participação na atual solução de governo é um compromisso de honra com a estabilidade do país, mas não anula a nossa natureza de partido autónomo e com um projeto próprio. O CDS-PP deve **cultivar a sua identidade distintiva**, preparando-se para, no momento próprio, se afirmar junto dos portugueses com as suas próprias siglas e sob a sua bandeira.

Mas a afirmação do CDS-PP, indo sozinho a votos, é o que garante o pluralismo e a vitalidade da direita portuguesa. Ir sozinho a eleições não é um ato de isolamento, mas sim um exercício de transparência perante o eleitorado:

- Permite que os milhares de portugueses que se reveem especificamente no humanismo cristão tenham uma escolha clara no boletim de voto.
- Dá resposta aos milhares de militantes que o partido tem e que precisam de ter a sua voz, a sua cara e as suas convicções para ocuparem os seus lugares e estarem politicamente ativos.

A nossa colaboração na coligação atual é sólida e leal, mas assenta no pressuposto de que somos **duas forças políticas distintas** com contributos complementares. Manter o horizonte da autonomia eleitoral é fundamental para:

- Motivar a nossa base de militantes e atrair novos talentos que queiram lutar por um projeto com rosto e voz própria, reforçando os quadros do partido.
- Garantir que, em futuras soluções de governação, o CDS-PP entra pela força do seu próprio voto e da sua representação parlamentar direta.

Acreditamos que a direita é mais forte quando é plural. Por isso, trabalhamos hoje pela coesão da governação, mas preparamos o amanhã com a convicção de que um CDS-PP que se apresenta a votos com o seu nome e os seus valores é o melhor serviço que podemos prestar à democracia e a Portugal.

Reestruturação dos Órgãos Nacionais

A sobrevivência e o crescimento do CDS-PP dependem da nossa capacidade de transformar a estrutura interna num modelo de agilidade e mérito. Propomos, por isso, uma reforma empenhada nos órgãos eleitos, orientada para a operacionalidade e para a credibilidade externa. A atual Comissão Política Nacional (CPN), embora geograficamente abrangente, tornou-se um órgão de difícil gestão executiva, é um contrassenso institucional que a CPN apresente um número de membros superior ao dos conselheiros nacionais eleitos diretamente em Congresso. A nossa proposta passa pela **redução do seu tamanho**, promovendo o **envolvimento de quadros vindos da sociedade civil** que tragam reconhecimento técnico e prestígio profissional, garantindo que o partido fala com autoridade para fora de portas.

No que respeita à Comissão Executiva, propomos:

- Redução para dez vogais eleitos, para além das inerências regulamentares.
- Cada membro ser responsável por uma área de intervenção específica, com definição de objetivos e prestação regular de contas sobre a sua execução.

Esta organização reforça a responsabilização individual, melhora a articulação interna e torna a direção mais orientada para a execução das prioridades políticas do Partido.

Finalmente, a maturidade organizativa do CDS-PP exige uma gestão equilibrada de responsabilidades. A acumulação de funções executivas no Partido, a diferentes níveis, com o exercício de cargos públicos de natureza política deve ser evitada sempre que comprometa a disponibilidade, a eficácia ou a renovação interna. O Partido deve promover uma **distribuição mais alargada de responsabilidades**, garantindo que o exercício de funções no Estado é compatível com uma presença efetiva na vida partidária, sem concentrações excessivas de cargos.

Mérito e Transparência

A autoridade para exigir transparência ao país conquista-se através do exemplo dentro da nossa própria estrutura. O CDS-PP deve ser o espaço onde o **talento é reconhecido** e a **dedicação é valorizada** acima de qualquer conveniência de aparelho. Para que o mérito seja o único elevador interno, é imperativo profissionalizar a forma como conhecemos e escolhemos os nossos quadros.

Por isso apresentamos esta secção em 3 partes:

Valorização e Mobilização do Capital Humano

Mais do que seleccionar nomes, o CDS-PP deve conhecer e mobilizar o capital humano da sua base militante. Queremos evitar a concentração de oportunidades num círculo restrito e garantir que o médico, o agricultor ou o empresário de qualquer distrito possam contribuir com o seu saber. Para esse efeito:

- Deve ser atribuída uma responsabilidade específica no seio da Direção Nacional para o **mapeamento de competências, percursos profissionais e áreas de especialização** dos militantes em todo o país.
- Adaptação dos mecanismo de militância permitindo que qualquer militante submeta o seu percurso e áreas de interesse, idealmente no momento da filiação e que essa informação seja preservada e atualizada.
- Esta base de dados servirá para apoiar a constituição de equipas, dinamizar grupos de trabalho e reforçar a capacidade técnica do Partido na preparação de propostas políticas sólidas

Transparência e Fundamentação nas Escolhas Públicas

O reforço da credibilidade do Partido exige critérios claros na indicação de quadros para responsabilidades públicas de natureza política, nomeadamente no âmbito governativo e em entidades do Estado. Por isso devemos começar a adotar:

- Prática de elaborar notas de fundamentação interna para as escolhas. À semelhança das boas práticas de nomeação no Estado, estas notas incluirão uma síntese do percurso académico e profissional do indicado e a justificação da sua adequação às funções.
- **Normalização do Escrutínio Interno.** A confiança política não se esgota na relação entre quem decide e quem é escolhido. Estas notas serão partilhadas nos órgãos executivos e, sempre que relevante, apresentadas nos órgãos políticos nacionais, garantindo decisões mais informadas, coerentes e alinhadas com as prioridades do Partido.

O Mérito como Bússola

Queremos que qualquer cidadão, ao juntar-se ao CDS-PP, tenha a certeza de que a qualidade e o empenho encontram uma resposta justa. Ao combatermos de forma intransigente a perceção de que os Partidos são uma rede de influências fechada, reafirmamo-nos como uma **organização aberta ao talento**.

A nossa credibilidade depende desta abertura: garantir que o CDS-PP se apresenta ao país com as suas melhores mentes e com equipas cuja competência é publicamente escrutinável e fundamentada.

Implantação, coesão e proximidade

A atual responsabilidade governativa do CDS-PP exige uma estrutura interna **resiliente, descentralizada e tecnicamente capacitada**. A vida do Partido não pode estagnar perante o exercício de funções públicas, pelo contrário, deve ganhar uma nova dinâmica de proximidade e eficiência.

Nesta vertente é necessário não apenas um investimento de tempo e de meios mas também uma organização e desenho de prioridades.

A participação do Presidente do Partido no Governo exige uma adaptação orgânica que assegure a continuidade da direção na vida interna do CDS-PP. Nesse sentido, deve existir um reforço da 1.ª Vice-Presidência. O 1.º Vice-Presidente deve assumir uma responsabilidade reforçada na coordenação da atividade partidária, garantindo a articulação entre a Direção Nacional e as

estruturas distritais e concelhias. Esta função será exercida por um dirigente com disponibilidade real, evitando acumulações com funções executivas que comprometam o acompanhamento regular das bases.

Mesmo com esta situação deve-se sempre que necessário, recorrer aos mecanismos previstos nos Estatutos (Art.º 31.º, n.º 5) *“De modo a salvaguardar a autonomia política e a identidade do CDS - PP, caso seja Governo, o Presidente do Partido poderá propor ao Conselho Nacional a adaptação da direção executiva do Partido, separando a presidência do CDS da presidência da Comissão Executiva”.*

As alterações propostas têm como principal objetivo o crescimento do CDS-PP, que depende da consolidação do seu poder local nos concelhos, distritos e regiões autónomas.

Para potenciar as nossas estruturas, propomos:

- O desenho de uma **estratégia** e de **equipa**, por parte da Secretaria-Geral, para implantação de novas estruturas pelo país, começando pelos concelhos onde a Juventude Popular está presente e o partido não.
- Presença de **primeiras linhas da direção** nacional nos eventos e representações locais, como a visita a feiras, presenças em fóruns políticos e outros.
- É da responsabilidade do Coordenador Autárquico Nacional definir metas claras para o apoio aos eleitos locais, promovendo a sua capacitação política e técnica.
- Criar uma plataforma centralizada para partilha de informação, documentação e boas práticas, facilitando a intervenção dos eleitos do Partido em todo o território nacional.

Também para aproximar os dirigentes com assento no Conselho Nacional deve-se respeitar a vida profissional dos seus membros e promover a coesão territorial:

- Os **Conselhos Nacionais** devem ser agendadas, preferencialmente, em períodos pós-laborais ou fins de semana. As convocatórias respeitarão uma **antecedência mínima indicativa de 15 dias** para garantir a transparência e a participação de todos.

- Realizar os Conselhos Nacionais **fora dos grandes centros urbanos**. Esta descentralização permitirá aos dirigentes nacionais um contacto direto com os militantes e uma proximidade justa entre todos os conselheiros, garantindo que a política nacional incorpora o conhecimento de quem está no terreno.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira possuem uma natureza distinta e enfrentam os custos da insularidade, exigindo uma gestão de recursos coerente:

- As **quotas** dos militantes das Regiões Autónomas permanecerem nas respetivas estruturas regionais, garantindo que os recursos gerados localmente servem a mobilização e o trabalho político no terreno.
- Asseguraremos o direito das estruturas regionais a receberem a parte da **subvenção** estatal do Partido na exata proporção do número de votos obtidos em cada Região Autónoma. Fortalecer as regiões é reforçar a coesão nacional do CDS-PP.

Formação e Ideologia

O CDS-PP deve reforçar a sua articulação com o **IDL - Instituto Amaro da Costa**, reconhecendo-o como uma instituição autónoma com a qual partilha uma base comum de valores e um papel relevante na formação política e na produção de pensamento.

Nesse sentido, o Partido deve promover, em parceria com o IDL, um programa regular de **formação**, assegurando pelo menos uma iniciativa anual dirigida a **militantes, dirigentes e autarcas**, contribuindo para uma maior capacitação técnica e política dos seus quadros.

Esta colaboração deve igualmente servir como instrumento de aproximação à **sociedade civil**, valorizando o papel do IDL como espaço de encontro, reflexão e mobilização de pessoas que partilham uma visão comum para o país, em linha com o legado de Adelino Amaro da Costa.

Em coerência com o princípio da subsidiariedade, o CDS-PP deve privilegiar a articulação com o IDL nas **áreas da formação e da produção de pensamento**, reconhecendo a sua vocação própria e evitando a criação de estruturas paralelas no seio do Partido.

Através de estudos, conferências e da promoção do pensamento crítico, o Instituto deve alimentar a nossa estrutura com as ferramentas necessárias para antecipar os grandes debates do futuro. Mais do que reagir à "espuma dos dias" ou ao imediatismo mediático, o CDS-PP deve ser capaz de liderar a discussão política em Portugal, apresentando soluções fundamentadas para os desafios da demografia, da tecnologia e da sustentabilidade, honrando o espírito reformista e visionário de Adelino Amaro da Costa.

Juventude Popular: A Aliança Estratégica

A Juventude Popular não é, nem nunca será, uma organização satélite de cariz meramente procedimental, **a JP afirma-se como a melhor e mais valiosa coligação que o Partido pode e deve cultivar**. Com uma base sólida e dinâmica, a JP é o braço armado das ideias e o principal polo de atração e formação de novos quadros para a vida pública. No respeito absoluto pela sua autonomia e pela sua natural irreverência, cabe à JP continuar a ser a **consciência crítica do Partido**, antecipando os temas transversais que preocupam as novas gerações e garantindo que a nossa mensagem permanece atual, ousada e mobilizadora.

A solução para o estado atual do CDS-PP não é a JP, mas passa pela JP. Os jovens não reclamam ser ouvidos por mera cortesia geracional, mas sim porque ocupam o espaço decisivo do futuro e são a fonte da energia necessária no presente. Integrar a visão dos jovens não é um gesto de benevolência, é um imperativo de inteligência política: **um partido que não ouve a sua juventude é um partido que desiste do amanhã**.

Para que esta simbiose seja operativa e não apenas retórica, propomos os seguintes mecanismos de integração:

Institucionalização do Diálogo

- Estabelecimento de **reuniões trimestrais** formais entre a Direção Nacional do Partido e a Liderança Nacional da JP, assegurando um canal de comunicação direta e constante sobre os destinos da nossa organização.

Integração de Talentos

- **Inclusão de elementos indicados pela JP** nos grupos de trabalho sectoriais do Partido, e nos demais espaços onde o partido tenha presença e onde a presença dos melhores quadros da JP ajudem no caminho a ser tomado.

Co-decisão Estratégica

- Participação ativa da JP na **definição de prioridades políticas e nas decisões estratégicas do Partido**, garantindo a sua presença e intervenção direta nos momentos de preparação de programas eleitorais, posições de políticas públicas e iniciativas legislativas fundamentais.

A transmissão de valores entre gerações exige proximidade e exemplo. Queremos que cada jovem que se junta à JP sinta o orgulho de pertencer a uma estrutura onde **a liderança do Partido é uma presença acessível e inspiradora**. Os momentos magnos da JP devem ser assumidos como compromissos essenciais da agenda nacional, criando espaços de diálogo franco onde a liderança saiba ouvir e fazer-se ouvir. Só através desta simbiose geracional poderemos assegurar que a nossa herança de valores se renova e que o CDS-PP continua a ser, para os jovens portugueses, a casa natural da liberdade e da esperança.

Federação dos Trabalhadores

Democrata-Cristãos

O CDS-PP deve reforçar a sua ligação ao mundo do trabalho, assumindo que a valorização do trabalho e a **dignidade dos trabalhadores** são dimensões centrais da sua matriz política. Num contexto em que a representação laboral tem sido frequentemente dominada por lógicas de conflito, importa afirmar uma abordagem assente na responsabilidade, no diálogo e na construção de soluções equilibradas.

A Federação dos Trabalhadores Democrata-Cristãos, enquanto organização autónoma do CDS-PP, constitui um parceiro natural neste esforço, devendo ser valorizada e envolvida de forma mais consistente na reflexão e na ação política do Partido. No respeito pela sua autonomia, propomos:

- Aprofundar os mecanismos de articulação entre o CDS-PP e a Federação, potenciando o seu contributo enquanto **expressão de um sindicalismo de matriz democrata-cristã**, que valoriza o papel dos trabalhadores como parte integrante do tecido empresarial e privilegia a construção de consensos sustentáveis.
- Promoção de uma maior cooperação que contribua para reforçar a presença da Federação no terreno, designadamente no âmbito das **comissões de trabalhadores e de outras estruturas representativas**, valorizando uma abordagem construtiva, orientada para resultados e para a melhoria efetiva das condições de trabalho.
- Aprofundar a reflexão sobre as **transformações do mercado de trabalho**, em particular as que resultarão da aceleração tecnológica e das novas formas de organização produtiva. Importa que este trabalho conjunto contribua para a definição de posições políticas claras, capazes de proteger os trabalhadores em processos de transição exigentes, sem comprometer a inovação, a competitividade e o desenvolvimento económico.

Desta forma, o CDS-PP reforça a sua capacidade de intervenção no domínio laboral, afirmando uma alternativa política que valoriza simultaneamente o trabalho, a empresa e a coesão social.

A Figura do Simpatizante

A reforma interna do CDS-PP exige a coragem de abrir as portas à sociedade civil e de reconhecer uma realidade incontornável: existem milhares de portugueses que se revêem nos nossos valores, mas que não pretendem, num primeiro momento, o vínculo formal da militância. Para sermos o partido das pessoas, temos de ser, antes de mais, um espaço agregador de inteligência e vontade.

Queremos valorizar a participação de quem, movido pelo sentido cívico, deseja emprestar as suas ideias e o seu tempo para construir uma alternativa sólida ao socialismo.

O CDS-PP deve afirmar-se como uma **casa de portas abertas**, estimulando modelos inovadores de participação que respondam à dinâmica dos tempos modernos. Para concretizar esta abertura, apostaremos numa estratégia de militância digital e setorial, estruturada através da valorização da **figura do simpatizante**.

Esta nova abertura assenta em cinco eixos fundamentais:

Registo de Simpatizantes

- Criaremos um registo próprio, simples e acessível, com um processo de adesão **não burocrático**. Esta figura permitirá que qualquer cidadão se ligue ao partido de forma imediata, sem as barreiras da militância formal.

Captação Ativa e Identificação Voluntária

- Em todos os eventos e iniciativas, sejam nacionais ou locais, integraremos mecanismos de inscrição, transformando o entusiasmo do momento num canal permanente de contacto e acompanhamento da atividade do Partido.

Comunicação e Participação Dirigida

- O registo de simpatizantes será o motor para uma **comunicação direta**. Os simpatizantes terão acesso privilegiado a informação relevante e serão

convidados a integrar momentos de consulta e grupos de trabalho, garantindo que a sua voz é ouvida, nomeadamente ao nível local.

Valorização do Contributo Individual e Saber de Experiência

- Queremos captar o contributo real do médico, do agricultor, do empresário e do estudante. Mobilizaremos os cidadãos em função das suas áreas de conhecimento, garantindo que as propostas políticas do CDS-PP são validadas por quem vive os problemas no terreno e conhece as soluções para o país.

Reforço da Implantação Territorial

- Este modelo permitirá alargar a nossa base de participação cívica e, simultaneamente, utilizar a informação agregada para melhor compreender a distribuição do apoio ao Partido, identificando oportunidades de crescimento e de maior proximidade às populações.

Através desta estratégia de especialização e proximidade, o CDS-PP será a sede do melhor saber político de Portugal.

Conselho Consultivo de Independentes

Para que o CDS-PP reforce a sua identidade como um verdadeiro partido de quadros e aprofunde a qualidade da sua intervenção política, é essencial saber ouvir e integrar o contributo de quem se destaca fora da política ativa. A excelência da ação governativa não se esgota nas estruturas partidárias; beneficia do contacto com o conhecimento e a experiência da sociedade civil.

Nesse sentido, propomos a criação de um **Conselho Consultivo de Independentes**, de natureza não vinculativa, composto por personalidades de mérito reconhecido em diferentes áreas, que partilhem uma base comum de valores com o Partido.

O Conselho não deve ter um número de membros superior ao número de membros da Comissão Executiva, assegurando uma **diversidade adequada de perfis e áreas de especialização**. Os seus membros devem ser propostos pela

Comissão Executiva e apresentados à Comissão Política Nacional, acompanhados de nota de fundamentação, sendo a sua designação sujeita a votação e aprovação por maioria simples.

Este Conselho terá como missão contribuir para o enriquecimento das propostas do CDS-PP, através da **emissão de pareceres, sugestões e contributos** de natureza setorial nas áreas de especialidade dos seus membros, podendo ser chamado a pronunciar-se sobre temas relevantes para a definição das posições políticas do Partido. O Conselho deve reunir, pelo menos, duas vezes por ano, podendo ser convocado sempre que o Presidente do Partido ou a Comissão Executiva o considerem necessário.

Este modelo permitirá reforçar a qualidade técnica das propostas, promover o confronto construtivo de ideias e evitar o fechamento do Partido sobre si próprio, contribuindo para uma ação política mais informada, credível e aberta à sociedade.

O Largo do Caldas – coração do partido

A capacidade de organização e de intervenção política do CDS-PP depende também das condições materiais em que desenvolve a sua atividade. A sede nacional, no Largo do Caldas, deve afirmar-se como o principal centro operacional do Partido: um espaço de trabalho permanente onde se preparam iniciativas, se definem estratégias e se coordena a ação política a nível nacional.

Para cumprir este papel, a sede deve garantir condições adequadas para o funcionamento dos órgãos, das equipas técnicas e para a mobilização dos militantes. Propomos um **plano de requalificação progressiva**, assente em:

- Melhorar as condições de utilização dos espaços, garantindo níveis adequados de conforto e operacionalidade para quem neles trabalha diariamente.
- Adaptar as salas a novas exigências, nomeadamente a criação de espaços para trabalho colaborativo e áreas equipadas para a **produção de conteúdos digitais**, reforçando a capacidade comunicacional do Partido.

- Reconhecendo as limitações existentes, este processo seria conduzido de forma faseada, com prioridades bem definidas, garantindo uma melhoria gradual e consistente contando com a presença de muito, nomeadamente da JP que se mostrou por várias vezes disponível para ajudar.

Mas a verdade é que o Largo do Caldas é muito mais que política, tem uma história riquíssima. A sede nacional não é apenas um edifício administrativo, é a nossa "casa comum", onde os valores que defendemos para o país devem estar refletidos. Tal como defendido em momentos marcantes da nossa história interna, a valorização do património do Caldas, incluindo símbolos como a sua **capela**, é fundamental. Reabilitar estes espaços é um ato de respeito pelo humanismo cristão e pelas raízes que nos distinguem na direita portuguesa.

Já é tempo, e mais que tempo, de voltar a ter as portas abertas a todos aqueles que de forma premeditada ou impulsiva querem entrar na nossa casa, conhecer mais e juntar-se porque vê a grandiosidade que o CDS-PP têm para oferecer ao país.

Queremos que a sede seja um verdadeiro ponto de encontro e de mobilização, onde a solenidade da nossa tradição conviva com a agilidade de um partido moderno e preparado para os desafios do futuro.

O CDS-PP só voltará a ser grande se tiver a coragem de ser **autêntico**.

Não aspiramos a ser um partido de massas amorfo e sem rosto, queremos ser, como sempre fomos, o partido das **pessoas** com nome, das **famílias** com raízes e dos cidadãos com **valores**. O partido da Democracia-Cristã

Não pedimos licença para existir, nem pedimos desculpa por acreditar. Contra o cinzentismo da gestão e o ruído do populismo, erguemos a solidez das nossas convicções.

É tempo de devolver aos nossos militantes o orgulho e de oferecer a Portugal a alternativa.

É tempo de sermos, por inteiro e sem medos, o CDS-PP que o país reclama!

**JUVENTUDE
POPULAR**

The background features a large, semi-transparent blue sphere on the left side, set against a vibrant rainbow gradient that transitions from purple and blue on the left to yellow and orange on the right. The overall aesthetic is modern and digital.

**JUVENTUDE
POPULAR'**